



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 48

Sessão Ordinária Setembro

2.º Reunião em 25/09/2020

Aos vinte cinco dias do mês de Setembro do ano dois mil e vinte, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no Grande Auditório do Centro de Congressos de Aveiro, em Aveiro, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Manuel Souto de Miranda, secretariado pela Primeiro Secretário Maria Arminda Rodrigues Sousa Correia, e pela Segunda Secretário Daniela Marisa Pereira de Magalhães, e com a presença dos Vogais, Joana Filipa Ramos Lopes, Filipe Nuno Pereira Fernandes Tomaz, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Casimiro Simões Calafate, Francisco José da Silva Ferreira, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Catarina Marques da Rocha Barreto, Alice Martins da Silva, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Mário Júlio Maia Mostardinha, Daniela Carla Sousa Pinto, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Carlos Mário Magalhães Anileiro, Ana Cláudia Pinto de Oliveira, Carlos Alberto Martins Nunes, Joaquim Albertino Simões de Oliveira, Jorge Miguel da Rocha Gonçalves, Ana Maria Pinho de Seça Neves Ferreira, Sílvia Saraiva Carvalho Martins, Marília Fernanda Correia Martins, Pedro Machado Pires da Rosa, Fernando Manuel Martins Nogueira, Sara Sandra Resende Tavares, António Augusto Cruz de Aguiar, João Carlos Rodrigues Morgado, Raúl Ventura Martins, João Miguel Moniz Laranjeira da Silva, Jerónimo Santos Dias, Nuno Filipe Moreira Teixeira, e Rui Carlos Medeiros Alvarenga.⁰⁰¹

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Nesta reunião da sessão faltaram os deputados, Maria da Glória Oliveira Gomes Neto Leite e António Augusto Cruz Aguiar.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, o Vice-Presidente Jorge Manuel Mengo Ratola, e os Vereadores Ana Rita Félix de Carvalho, Maria do Rosário Lopes Carvalho, Manuel Oliveira de Sousa, e Joana Fonseca Valente.

Faltaram os Vereadores Luis Miguel Capão Filipe, João Filipe Andrade Machado, e João Francisco Carvalho de Sousa.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião da Sessão dos vogais, João Carlos Jerónimo Monteiro de Barros, Fernando Sérgio Ferreira Carvalhal, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Carlos Francisco da Cunha Picado, Nuno Manuel Marques Pereira, Virgínia Maria Melo Matos, Rita Alexandra Monteiro Batista, e Filipe Seça Neves Barbado Guerra, pelos sucedâneos nas listas de candidatura, respectivamente, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Ana Cláudia Pinto de Oliveira, Joaquim Albertino Simões de Oliveira, Jorge Manuel da Rocha Gonçalves, Sílvia Saraiva Carvalho Martins, João Miguel Moniz Laranjeira Silva, Jerónimo Santos Dias, e Nuno Filipe Moreira Teixeira.

Os sucedâneos nas listas de candidatura, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Emilia Cristina da Cunha Gonçalves, António Alberto Rodrigues dos Santos Ferreira Neto, Eduardo Gonçalves Silva Antunes, Andreia Patricia Pereira da Fonseca, António Manuel Santos Salavessa, Ana Margarida dos Santos Valente, Cláudia Maria Pinto Ferreira, David Filipe Ramos Silva, João Francisco Aguiar da Costa Fong, Carlos Seabra de Freitas, Bruna Francisca Sousa Porto, pediram escusa.

Também e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Nelson Alexandre Dias dos Santos, Firmino Marques Ferreira, Henrique da Rocha Vieira e Miguel António Costa da Silva, se fizeram substituir nesta reunião da Sessão, por Alice Martins da Silva, Mário Júlio Maia Mostardinha, Daniela Carla Sousa Pinto e Carlos Alberto Martins Nunes, respectivamente.⁰⁰³

Foram efetuados o reconhecimento de poderes.

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia, deu conta dos pontos da “Ordem-do-Dia” constante da convocatória para esta reunião Sessão:

Ponto 2 – Informação sobre a Atividade Municipal de 25JUN20 a 14SET20;
Ponto 3 - Proposta de Recomendação - Programa CED/Esterilização de animais errantes no município de Aveiro.

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte gravação áudio.)

Ponto 2 – Informação sobre a Atividade Municipal de 25JUN20 a 14SET20.

(A informação Escrita sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia).

Continuando, o Presidente da Mesa⁰⁰⁴ deu a palavra ao Presidente da Câmara para fazer a apresentação da proposta.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁰⁵

"Senhor Presidente muito obrigado. Boa noite a todos. Nesta actividade municipal quisemos dar não tanto o destaque, mas é quase também um ponto de ordem para dar a quem não é executivo, quem não está na gestão do dia-a-dia na Câmara, dar uma visão clara e simples daquilo que são as operações que designamos como as obras que estão em desenvolvimento nos diferentes estágios dessa mesma circunstância.

Obras que estão a terminar ou recentemente terminadas e aquelas que estão em pleno desenvolvimento e também aquelas que estão em actos preparatórios para arrancar fisicamente (e são várias também) e depois aquelas que ainda não se vêem. Nomeadamente aquelas que estão a tramitar processos de concurso público. Algumas em fase de visto de Tribunal de Contas como é o caso da que vai arrancar ainda na primeira quinzena de outubro que é a estrada-dique da Troncalhada/CMIA, que foi o mais recente Visto que recebemos do Tribunal de Contas. E depois também quisemos colocar na relação 28 projectos que têm uma estimativa de custo de 24 milhões de euros, que são projectos que estão em fase de desenvolvimento, já com alguma maturidade, nomeadamente em estúdio prévio ou daí para a frente.

Foi este o conjunto de operações que entendemos partilhar convosco nesta fase. Nas obras são 64 obras com o valor total de 53 milhões de euros. Não estão aqui o conjunto de obras que fazemos com administração directa e que são bastantes. E, portanto, é nesta ambiência que decidimos fazer esta comunicação.

Eu queria fazer uma nota de maior destaque às questões ligadas à Educação. Estamos no arranque do ano lectivo e estão duas escolas ao dispor da nossa comunidade que foram dos processos mais difíceis nos últimos anos, daquilo que foi a capacidade de um empreiteiro de acabar a obra com muitas dificuldades, que foi a escola básica, numero dois, de São Bernardo, que foi construída dentro do perímetro da escola básica de segundo e terceiro ciclo, num acordo que formulámos com o Ministério da Educação.

É uma obra que está excelente. Quisemos aproveitar e foi essa a parte última da obra, foi mesmo antes de chegar o Covid, julgo que foi antes três semanas. E a nova capacidade é a parte do recreio coberto porque decidimos aproveitar o telhado da escola provisória que lá estava a funcionar há 9 anos em contentores, mas que tinha um telhado excelente. E foi essa estrutura que lá deixámos para servir de recreio coberto.

A outra foi a escola de Verdemilho. A escola de Verdemilho era uma escola recente, mas mal construída, mal em termos estruturais, apenas com seis salas, que a partir do segundo ano da sua vida passou a ter duas turmas na EB2+3 de Aradas, mas com muitos problemas estruturais. Imaginem com uma rede de galinheiro a cercar o recreio que a tornava bem insegura a vários níveis. Foi feita uma obra de qualificação e ampliação total. Com um custo de quase meio milhão de euros em que se construiu uma vedação nova e competente, em que se construíram mais duas salas, manteve-se o jardim de infâncias com a estrutura que tinha de suas salas, e transformamos o pátio interior descoberto e insalubre num recreio coberto altamente confortável e uma plataforma para desporto ao ar livre que a escola não tinha.

É hoje uma escola de grande qualidade. Os alunos já a conhecem, os pais ainda não porque como sabem há a limitação de acessos por força do Covid, mas é uma recuperação muito feliz esta de Verdemilho. Numa fase onde ainda não está pronta a obra do novo arruamento que a vai ligar justamente ao jardim em frente da escola de Verdemilho e acaba lá no cruzamento de acesso ao Lidl. Ela já está na recta final, na próxima semana ela recebe já a primeira camada de betuminoso.

E com isto resolvemos um problema que existia que era a acessibilidade, porque se tinha que entrar e sair por um caminho do mesmo lado e a via não é exactamente folgada. Ainda por cima agora que as pessoas usam muito irem de carro até à porta da escola.

Portanto eu destacava de todas estas duas operações que enfim estão já prontas neste ano lectivo que está agora a iniciar.

Três notas simples relativo a outras questões. Uma, o Museu da Terra. Foi uma aposta nossa muito importante. Foi uma ideia que surgiu de um arquitecto nosso, que foi quando estávamos a discutir as dificuldades imensas de aproveitar a casa do Padre de Requeixo para assentar lá o Museu da Terra e numa reflexão feita em cima de uma fotografia aérea o arquitecto suscitou porque não fazer na Quinta da Costa e dar-lhe vida, gasto que estava o dinheiro daquela coisa absurda que a Câmara fez de comprar aquilo por mais de 1 milhão de euros.

Fui lá visitar até porque nunca tinha visitado. Mas primeiro tivemos de mandar cortar as silvas que nalgumas zonas tinham 10 ou 12 metros de altura, para lá se poder entrar. Mas pronto visto o espaço a decisão foi tomada nessa mesma visita.

Aquele espaço serve muito bem para o Museu da Terra e assim se podem lá colocar outras valências como sendo o centro interpretativo do adobe, centro interpretativo dos animais de quinta, enfim, um conjunto de outras dimensões que apresentámos na reunião pública de Câmara de 2 de julho, lá mesmo. E pronto arranjámos uma ideia que achamos que é boa

para fazer um pólo de atração par aquela zona mais exterior do nosso município e passe a integrar o Museu da Terra.

Ferryboat. Para vos dar nota que adjudicámos, temos o processo em visto de Tribunal de Contas. As respostas que demos ao Tribunal de Contas foram bem acolhidas. Temos um outro processo em Tribunal que estamos a discutir com a empresa que foi excluída. A própria empresa quis tornar isso público. E isso é exemplificativo das suas intenções. É muito raro alguém colocar outro em Tribunal e depois divulgar na comunicação social e não usou um meio qualquer. Foi logo com a Agência de Lusa, a agência nacional de notícias. Mas pronto. E há uma questão delicada que é se tem ou não tem efeito suspensivo. Se o processo judicial vai ter ou não efeito suspensivo. E esta é a discussão que se está a ter. Da nossa parte se conseguirmos que a nossa posição seja vencedora, nos vamos seguir obviamente logo que tenhamos o Visto avançaremos para a concepção, construção, do ferry. Havendo efeito suspensivo ou não havendo Visto pois com certeza que o processo ficará em suspenso até que consigamos debelar essa situação.

E ultimo o que queria destacar foi aquilo que aconteceu no dia 28 de Agosto. A assinatura de dois documentos que são actos preparatórios e por isso contributivos do arranque da cogestão da Reserva Natural das Dunas de São Jacinto. Numa operação do ICNF que obviamente é uma entidade pública líder da gestão da Reserva. E um dos protocolos tem a parceria do Fundo Ambiental que é financiador do custo que temos com a técnica bióloga que a Câmara já contratou par alá trabalhar e assim ter a capacidade técnica para fazer a co-gestão que neste momento está a ser instalada nos seus pormenores finais e que no mês de outubro (é minha convicção) estarão terminados para nós no dia 1 de Janeiro de 2021 darmos inicio a todas as valências da Reserva.

São estas as notas de destaque que eu deixava neste ponto, estando ao dispor obviamente para as questões que queiram por bem colocar. Muito obrigado."

Membros da Assembleia

Vogal Rui Alvarenga (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[007](#)

"Senhor Presidente eu começaria pelo canil intermunicipal. O Senhor Presidente na ultima sessão utilizou uma expressão da qual que gostei imenso, que foi que o "partido de todos nós deve ser Aveiro".

E de facto aquilo que disse no início do mandato, foi que nós não iríamos ter canil intermunicipal nenhum durante este mandato que iria ser extremamente difícil. Nós reiteramos que ele até nem é necessário. Se se aplicasse a lei - e sei que muitos municípios enfrentaram esta nova lei com alguma preguiça. Nós eutanásia-mos animais durante 40 e poucos anos e nada melhorou, bem pelo contrário, ficou pior. Portanto essa metodologia é muito arcaica e esta seria a oportunidade. Era difícil, a gente já percebia, municípios sem recursos ou sem vontade de gastar dinheiro neste projecto de retirar os animais da rua. Sabíamos que preferem não abdicar da festa e da festinha em prol deste empreendimento, mas também há municípios que o estão a fazer. E estão a fazer com bastante assertividade. Da nossa parte contam com a nossa solidariedade e já temos feito essa chamada de atenção aos nossos deputados de que é preciso reforçar a verba para os municípios que estão a implementar.

Mas o canil intermunicipal nunca nos pareceu boa solução porque os municípios aqui em redor têm problemas diferentes, quer do ponto de vista de dimensão, de impacto. São municípios com recursos completamente diferentes daquilo que é a Câmara Municipal de Aveiro. E portanto nós continuamos a achar que se aplicar a lei com um canil municipal, com a metodologia que acompanha a lei, quase de certeza que esse canil intermunicipal nem vai ser necessário. E portanto poupar-se-iam os 2 milhões de euros e se calhar

passados estes três anos de mandato se calhar já teríamos aqui uma evolução significativa em relação a esta problemática.

Portanto saber em que pé é que estamos em relação a este projecto?

Depois falou das escolas. Eu acho que o município está a fazer um bom trabalho. O que choca o PAN não é propriamente a inercia da Câmara. Tem a ver com as opções que nós consideramos erradas. Mas em relação às escolas ouvimos com simpatia aquilo que anunciou e estamos a acompanhar com bastante curiosidade e com bastante critica também do ponto de vista construtivo.

Mas gostaria de saber o ponto de situação de substituição do amianto? Se há alguma escola que tenha ainda essa situação. Sabemos que em Portugal existem ainda muitas escolas que não resolveram esta situação e em Aveiro desconhecemos e gostaríamos que nos elucidasse.

O terceiro ponto é o LifePayt. Não é uma contestação ao projecto. Nós temos bastante simpatia pelo projecto. Só que ainda não o conseguimos compreender. Sabemos que não tem funcionado. Isso é mais ou menos óbvio. Temos sido observadores constantes daquilo que é a operacionalidade do projecto e de facto é estranho. Nós sentimo-nos um bocadinho confusos porque estávamos muito interesse em saber mais do projecto mas não sabemos muito bem o processo desta nova fase. Também não percebemos quanto moradores usam o cartão. Se existem dados das metas a atingir em Aveiro é outra nebulosa, portanto não é criticar o projecto mais de facto dizer que nós neste momento estamos imbuídos num espírito colaborativo, mas muito cépticos porque está muito confuso. E portanto agradecemos que o Senhor Presidente pudesse clarificar a Assembleia do estado em que se encontra o mesmo. Obrigado."

Vogal Nuno Teixeira (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[008](#)

"Obrigado Senhor Presidente. Venho aqui colocar uma questão e enviámos mesmo um requerimento ao Senhor Ministro do Ambiente, sobre o problema no Rio Novo do Príncipe. Apareceram um conjunto de questões em relação ao Rio que nos últimos dias apresentou um fenómeno de mortandade dos peixes consequências de nível químico, biológico, e mesmo a questão da saúde pública.

Fizemos uma pergunta ao Governo a colocar esta questão e estamos também aqui a colocar à Câmara Municipal para que contribua para fazer todo tipo de diligências para que esta situação seja resolvida. Isto coloca a questão porque é uma zona industrial e devemos perceber verdadeiramente donde vêm estas questões.

Em relação à abertura do ano lectivo temos duas questões para lhe colocar. Uma questão é a questão dos transportes. Pode vir dizer que a oferta já foi reposta, mas de uma oferta que não é necessária não entendemos que a resposta seja suficiente. Damos o simples exemplo de uma criança que saia de Esgueira no último período do dia só tem autocarro às 6:35 e se tiver algum atraso o próximo autocarro para São Bernardo é às 8:20 da noite.

São questões que é importante eu reforçar.

Outra questão importante é em relação às refeições das crianças. E aqui tocamos mais uma vez na questão do take-away. Importante até por esta questão da oferta que não é a melhor em termos de transportes públicos ter a necessidade do take-away. Hoje as crianças por todas as medidas de contingência tendo que comer na escola, ficando depois à espera horas pelo autocarro, a escola tem ordens para tirar as crianças para fora da escola. São denúncias que nos chegam. Esta questão do take-away seria importante porque todos sabemos que muitas crianças deste concelho a única refeição que fazem de jeito é a refeição que fazem na escola. Há essa questão que é muito importante e devemos contribuir para que essa questão possa dar um passo em frente.

Outra questão que queria é saber como é que estão as obras do Rossio? Em que ponto. Obrigado."

Vogal João Moniz (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[009](#)

"Muito obrigado Senhor Presidente. Boa noite a todos e a todas. O Bloco de Esquerda tem uma pergunta para o Senhor Presidente da Câmara. Como se sabe o Senhor Presidente é o Presidente da CIRA e foi anunciado há uma semana que a CIRA iria financiar os transportes privados da Transdev no território. E a primeira pergunta que queremos fazer ao Senhor Presidente é se é este financiamento da CIRA para a Transdev era o que se estava a referir quando numa das últimas assembleias disse em resposta a uma pergunta que fizemos "se a empresa falir nós temos de pegar no assunto e vamos pegar". Era a isto que se estava a referir deste financiamento da CIRA? Porque numa dessas assembleias perguntámos por valor que estava a ser pago ao concessionário aqui no município por redução de número de passageiros que a pandemia impôs ao serviço e que continua a impor. E nós perguntamos se iria reajustar o valor tendo em conta a baixa do serviço. Pergunta que o Senhor nunca respondeu. Nessa altura chegou mesmo a inferir que a concessão podia estar em risco.

Mas a questão concreta é esta. Temos mais uma vez um organismo público a financiar uma empresa privada de transportes e que no caso concreto da CIRA nem sequer existe um contrato intermunicipal de concessão. Expediente esse pelo qual entraria esta operação de financiamento. E portanto a segunda pergunta que nós temos, porque isto não foi aprovada, gostaríamos de saber quanto é que esta operação da CIRA vai custar ao erário público? E como é que é possível, mesmo sem contrato intermunicipal, os transportes privados da Transdev continuam a ser um sorvedouro de dinheiro público. Disse."

Vogal Raúl Martins (IND) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[010](#)

"Boa noite Senhor Presidente da Assembleia e em si cumprimento todos os presentes. Relativamente às obras no município de facto é com algum orgulho que vejo as obras que estão a ser feitas. Faz lembrar aquele anúncio das pilhas que nunca mais acaba. Pena que algumas obras, hajam alguns aveirenses que não as merecem. Nomeadamente, uma obra que para mim ficou muito bem-feita que é a obra das 5 bicas, mas que se passarem por lá já há pessoas a querem colocar os carros lá em cima e já partiram uma série de coisas.

Hoje nem o vou chatear da obra do Conselheiro Queiroz. Porque de facto Aradas e principalmente Verdemilho têm recebido muitas obras da Câmara e agora aquela recuperação não depende só da Câmara.

Mas estas obras são muito importantes porque põem as pessoas a trabalharem e finalmente Aveiro está a arrancar outra vez como já esteve no passado. Mas há uma obra que não vejo aí e que não sei de foi estudada, que é no meu entender porque o Senhor Presidente tem capacidade para ir buscar financiamento e não sei quantas mais e é um homem que é reconhecido como um batalhador nestas coisas. Uma obra que eu gostava de ver implementada no nosso concelho e que não é só por existir esta pandemia, porque pode ser usada noutros casos, seria a instalação nas escolas de túneis de desinfectação para os alunos e professores.

Parece que não é assim uma coisa tão cara e poderia ficar para o futuro para gripes sazonais, enfim tudo essas coisas sazonais que aparecem em que se utilizariam esses túneis para de facto prevenir que as pessoas levem essas infeções para dentro, para que possa ser desinfectadas quando entram e quando saem. Não sei o senhor presidente já estudou isso se já há hipóteses se não há hipóteses. Tecnicamente sei que é possível porque sei de

algumas juntas de freguesias que estão a fazer isso nalgumas escolas. E pelos preços que vi não são assim coisas tão caras e pessoalmente acho que são obras fundamentais para o concelho. Disse."

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[011](#)

"Muito obrigado Senhor Presidente. Boa noite a todos. Relativamente ao Relatório que nos é apresentado pela Câmara, pois haverá quem não goste do Relatório pela sua dimensão. Mas não há muito a dizer porque efectivamente é o que está a ser feito no município. Talvez por isso muita gente não goste ou gostassem que a Câmara produzisse menos. Parabéns à Câmara por estar a fazer todo este trabalho.

Vemos que há preocupação com a habitação social com a requalificação do edificado. E o IRHU que tem habitação social em Aveiro e não faz. Temos aqui dois modelos de gestão da habitação social em estádios completamente diferentes de gestão e de requalificação. E é pena porque as pessoas que vivem nessa habitação, que custou dinheiro aos contribuintes, não têm a qualidade habitacional que temos hoje.

Destaque aqui também para o apoio à actividade associativa num momento tão complexo para todas as Associações, independentemente dos tipos de actividades que desenvolvem. E de resto é lerem o que lá está porque efectivamente será esclarecedor.

Tenho no entanto algumas perguntas a fazer ao Senhor Presidente da Câmara e que são as seguintes.

Se está previsto a curto prazo, tendo em consideração as quantidades de turistas que voltaram a demandar Aveiro e também as alterações aos circuitos viários devido às obras em curso, para quando criar um novo projecto de sinalética direcional e informativa no concelho.

Uma segunda pergunta, tem a ver com o novo arruamento construído e que estará a poucos dias de ser inaugurado na Forca e que tem marcadas e definidas as ciclovias. No entanto o arruamento logo ali em frente que também foi reabilitado e que lhe dá continuidade, não tem ciclovias?! E a pergunta é qual é a diferença de critérios para ter as duas ruas com abordagem diferente sendo elas continuação uma da outra?

Também nesta zona, chamo a atenção para algo que é importante na minha opinião, que são as ligações com passeios entre as Escolas de Esgueira, a Forca, o novo Parque de Estacionamento e a Central de Camionagem.

A rua Foral de Esgueira aumentou consideravelmente o seu volume de trânsito, fruto das alterações rodoviárias feitas e não há passeios nenhuns. A Rua não tem passeios e acho urgente a necessidade de criar passeios naquela zona, uma vez que os proprietários dos terrenos adjacentes mais tarde ou mais cedo terão de ceder ao domínio público essas áreas para os passeios serem feitos.

E também não foram feitas as passadeiras na Rua Vasco Branco. Quem caminhar das escolas de Esgueira para a Forca além de não existirem os passeios também não há passadeiras no arruamento novo.

Por outro lado também com este aumento de fluxo de trânsito o que está a acontecer é que quando a passagem de nível fecha aglomeram-se muitos mais carros porque os tempos da cancela estar fechada são enormes. Isto por comparação com o Porto onde há metro de superfície onde a regularização de trânsito faz-se com uns semáforos. Ontem passei lá e estive à espera 5 minutos mas já havia carros à espera. Se nada fizermos podemos correr o risco de as filas serem muito grandes e as extremidades ficarem em cima da rotunda e impedirem a circulação.

Também nesta zona, passam fios de alta ou média tensão. E o que queria perguntar é se a Câmara no âmbito do novo PDM, não faça com que a EDP comece a enterrar as linhas de

alta tensão que por aqui passam e são muitas. Sobretudo aquelas que estão em zonas residenciais. Em zonas urbanas acho que é fundamental que isto seja tratado rapidamente. Uma última questão. No mapa de contencioso que nos é entregue continuam a constar contra a Câmara processos de reembolsos da taxa de protecção civil. Tanto quanto julgo saber estas taxas foram devolvidas pelo menos aos particulares, mas continuam aqui os processos das várias empresas. Portanto saber o que é que se passa quando supostamente as verbas em causa já deviam ter sido devolvidas. Disse."

Vogal Fernando Nogueira (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[012](#)

"Boa noite a todos. Duas questões ao Senhor Presidente da Câmara. Uma primeira com as questões levantadas pelo deputado Rui Alvarenga, relativamente ao projecto LifePayt, precisamente pelas mesmas razões. O projecto é entusiasmante. Sabemos que tem uma duração prevista de 55 meses e de repente aparece a definição de uma segunda fase! Nós gostávamos de saber o que é que marca esta passagem e nomeadamente que avaliação foi feita da primeira. E por outro lado, como a informação é escassa, mas a informação que é apontada é de que há falhas na implementação do projecto, mas o ónus é colocado do lado dos utilizadores. Por isso gostávamos de saber que trabalho é que foi desenvolvido pela Câmara em termos pedagógicos e de sensibilização para os moradores da zona para terem interesse e conveniência do mesmo, visto que parece existir alguma frustração partilhada por muita gente relativamente ao sucesso do projecto.

Outra pergunta é em relação à integração da Ilha co Canastro. Ou seja, há uma referência de estudo urbanístico, que pelo que percebo é uma alteração ao estudo urbanístico que foi aprovado aquando do PDM. Esta Assembleia não se pronunciou directamente quanto a estes "estudos" urbanísticos por não ser da sua competência, mas diz-se que se vai proceder a uma alteração ao estudo urbanístico aprovado na altura em que aprovou o PDM.

As perguntas que faço são se essa alteração vai resultar em quê em termos urbanísticos e por outro lado o que é que se alterou este ano? É que a pequena memória descritiva desse "estudo" já contemplava um complemento de malha urbana.

E depois a questão principal é de que natureza é a via prevista neste estudo? Porque é nosso entendimento de que aquele vale é um dos poucos que vai ficando no espaço urbano e seria bom preservá-lo principalmente na sua vocação de espaço verde.

O que é que acontece. É que perante os parâmetros da lei o espaço pode ser ocupado até 10% com obra, mas o espaço presta um serviço ecológico bastante interessante e é uma ligação bastante interessante na zona de Sá Barrocas. Eu lembro-me que no Plano Estratégico de 1997 chegou a ser ventilada a ideia de abrir um canal com a Ria e que fizesse a penetração até à Capela. Obviamente não foi feito por razões várias. Mas o que me parece é que nós temos bons exemplos na cidade de como é tratado um vale, como por exemplos a Baixa de Santo António, e que me parece francamente mau a ligação da Avenida da Força Aérea às traseiras de Sá Barrocas por uma via que atravessa o leito do vale parece-me francamente uma má ideia, quando há alternativas. Até porque o desenho conhecido tem complemento da malha viária da Avenida da Força Aérea.

Já agora dizer que aquela zona era uma ótima zona para aumentar uma rede clicável com serviço menos urbano, mas que tivesse uma perspectiva de fruição da Cidade com a Ria. E por isso acho uma oportunidade a considerar nesta alteração. Mas acima de tudo perceber qual é essa alteração. Obrigado."

Vogal Pires da Rosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹³

"Boa noite a todos. Boa noite Senhor Presidente da Assembleia. Eu estava aqui a ouvir a intervenção do PAN sobre as escolas e de facto esta Câmara ou este Presidente, diria assim, fez trabalho do meu ponto de vista apreciável em relação à recuperação do nosso parque escolar. O problema é que estive a resolver um problema que não tinha sido resolvido pelo seu Partido nos últimos 8 anos de governação, onde se perderam opções claras e na altura havia muito dinheiro e até com pouco controle, no tempo de José Sócrates para a recuperação do parque escolar. E o que o PSD apresentou na altura como proposta era fazer uma parceria público privada, que inclui a concessão de estacionamento para fazer a recuperação das escolas, que julgo o Senho terá conhecimento.

Dito isto. Para lhe comunicar que terá algum trabalho, mas isto é pessoal porque a experiência que tenho como pai na escola onde o meu filho anda é positiva.

Em relação ao que o PCP disse eu também tinha previsto fazer a mesma menção do take-away. Penso que haverá disponibilidade para isso e penso que não será uma coisa que custe muito dinheiro e que me parece a mim que poderá ter algum sucesso. Isso tem sido feito noutros municípios. Creio que a Câmara de Oliveira do Bairro está a fazer isso.

Outra questão que lhe tinha para colocar é para quando vai abrir a ligação entre a Rua Vasco Branco e a Alameda Silva Rocha. Não sei se vai ser inaugurada ou se está previsto algum convite, eu acho que aquilo tem de ser aberto o mais rápido possível porque é útil.

Isto tem a ver com as dificuldades do trânsito em Aveiro com as obras da Avenida, porque efectivamente as pessoas procuram um novo fluxo. E portanto a pergunta que lhe fazia é se pensa ou não fazer a reprogramação dos tempos dos semáforos na Avenida ou se é muito custoso, em relação ao novo trânsito. Porque o trânsito que vinha da Ponte Praça para a Estação não é o mesmo ou é mesmo inexistente.

A outra questão que lhe gostaria de colocar também tem a ver com obras em concreto. Eu sei que o Senhor Presidente sabe minimamente o que anda a fazer. E os empreiteiros também. Mas quando passo ali na rotunda do solar das estátuas, que é uma obra útil e meritória para aquela zona, a rotunda está fechada para quem lá passa, o senhor presidente diz que tem uma explicação mas gostava que a desse, porque a rotunda está descentrada do que é a via principal! Se o Senhor Presidente me poder esclarecer sobre isso.

Outra questão que gostava de ter visto na comunicação e não vi. Esta Assembleia aprovou uma recomendação para tratar do processo de aquisição para tratar da transmissão on-line desta Assembleia. Acho que não é uma coisa muito custosa e gostava de saber em que pé é que isso está se o Senhor Presidente nos puder informar.

E a última questão tem a ver com árvore de natal. E é preciso falar agora em setembro não posso vir falar aqui em dezembro porque depois já venho tarde.

O ano passado a árvore de natal foi colocada a piscar. Ora uma pirâmide daquelas de luz que tem impacto a piscar daquela forma ofusca objectivamente e do meu ponto de vista perde o efeito. Eu até admito que se pudesse ter pensado que seria uma boa solução e que teria impacto. Mas acho que resultou mal e que o Senhor Presidente devia corrigir o tiro e este ano se me permitem a coluna de luz funciona bem (é um elemento interessante para a cidade devo dizer) acho que tem sentido, mas agora acho que uma pirâmide de luz contínua é muito mais interessante do que estar a piscar. Porque quem está perto acaba por perder o efeito e não me parece que faça sentido."

Vogal Joaquim Oliveira (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta [014](#)

"Boa noite a todos. Senhor Presidente as obras na urbanização de Azurva vão decorrendo para satisfação das pessoas que lá vive, Obras aguardadas durante dezenas e dezenas de anos e naturalmente que é um acontecimento do agrado de todos. Porém há situação que aos olhos das pessoas surpreende-nos. Surpreende-nos por exemplo a quantidade terrível de bancos de jardim. Naquele jardim há 15 bancos que suportam 4 pessoas cada um, permite 60 pessoas permanentemente sentadas. Estou a falar do centro da urbanização. Mas há mais outros 15 bancos dispersos pelo parque.

Realizou-se também uma intervenção no centro que aos olhos das pessoas senhor presidente pareceu excessiva. Pareceu excessiva a retirada total do pavimento existente. O pavimento até estava bom para quê tirar aquele pavimento e por novo? São essas coisas, a colocação extraordinária de bancos, essas intervenções excessivas aos olhos das pessoas relevam pela ausência de intervenção na rua Alexandre O'Neill, uma das ruas mais antigas da urbanização. Tem uma lancilagem terrível, os passeios foram edificados pelas pessoas. Os proprietários é que fizeram os passeios, uns com cimento outros com pedra, cada um à sua maneira e consoante as suas possibilidades ao longo desses anos. Surpreende-nos que a rua Alexandre O'Neill não tenha sido intervencionada.

Lá está, gastou-se tanto dinheiro nos bancos e não há dinheiro para fazer intervenção na rua Alexandre O'Neill?

Outra questão Senhor Presidente. Surpreende-nos também a ausência de um trabalho seguro no terreno para minimizar os escorrimentos pluviais. Não estou a falar das sargetas, estou a falar dos canais que dão acesso à linha de água existente no parque. Em extremes alertou-se a Câmara através da Eng.ª responsável e realizaram-se duas valetas a envolver o arruamento. Foi numa altura magnífica porque vieram umas chuvadas intensas e já estavam as valetas realizadas à volta do arruamento. Portanto a Escola, o recinto escolar, as águas dos telhados, o recinto do polidesportivo, descarregam todas águas para a linha de água que foi interrompida com contornos irregulares. A linha de água não pode ser interrompida como sabe.

Senhor Presidente eu também acho o seguinte. Caso a tempo e horas sabendo a Câmara que existem lá pessoas capazes e sabedoras dos comportamentos destas coisas se as pessoas fossem ouvidas não existiria esse problema e resultava bem porque as pessoas dentro da sua especialidade bem controladas pela Câmara as pessoas participavam na obra e fariam parte integrante do sucesso. Muito obrigado."

Vogal Ana Seiça Neves (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [015](#)

"Boa noite a todos. Hoje trago aqui algumas notas porque quero ver se não me esquecia de nada. Da leitura atenta que fiz da actividade municipal verifico que existem muitas iniciativas, mas há algumas que me permito chamar atenção porque gostaria de ver estas situações resolvidas.

Começo por falar dos transportes que estão referidos na actividade municipal, como é habitual. Mas eu entendo que se mantém os circuitos normais mas os utilizadores entende que os circuitos que existem actualmente não são suficientes para as necessidades que eles têm. Já reclamaram tantas vezes que eu acho que era altura de ter atenção às necessidades deles. E quando falo dos transportes também falo das paragens e daqueles resguardos que se nadam a fazer, não sei se já estão todos concluídos ou não, mas certo é que agora com a chuva nestes dias, houve várias pessoas que disseram que os mesmos não tem condições de abrigo para as pessoas estarem ali porque ficam completamente molhadas.

Portanto é uma situação que acho que se deva resolver. Bem como a estória do lixo que continua a não resultar a sua recolha em vários sítios da cidade. Não é necessário ir muito longe para ver a quantidade de lixo fora do dito lixo.

E há aqui uma velha história que é a das árvores. Continuamos a retirar árvores. Cada executivo que vem de novo planta árvores e retira as existentes. Foi o que aconteceu na Avenida, onde se gastou muito dinheiro e agora vão-se retirar árvores e substituir por outras! Não sei se existe aqui qualquer fobia contra as árvores, mas espero bem que não porque é bonita uma Cidade verde. Mas é preocupante.

Já agora gostaria de saber como está o concurso do Rossio, uma vez que das últimas vezes que falámos o Senhor Presidente respondeu, mas agora depois deste novo concurso o Senhor Presidente terá mais alguma coisa para nos dizer.

Também gostaria de perguntar o que se passa com o estacionamento junto da Estação e como irá funcionar.

E finalmente mais dois pequenos pontos. Um é sobre o habitual elenco dos processos de contencioso. Verifico que não têm, processos cíveis, acho que só têm um, os penais são poucos, mas continua a haver muitos processos no Tribunal Administrativo. Eu continuo a entender que sempre que haja algum acordo nos processos que seria útil para a Assembleia saber como é que acabaram e como foi o fim daquele processo. Acho que era importante porque acho que é uma competência desta Assembleia fazer esta pergunta com o objectivo de fazer a respectiva fiscalização.

Finalmente e ao contrário do que foi aqui dito, verifico que existe um elenco enorme de obras, como diz lá «concluídas recentemente e outras em plena execução e muitos mais projectos de obras». Bom é sinal que a Câmara está muito bem financeiramente para ter todo este caderno de obras, mas do meu ponto de vista, eu ao ler a actividade municipal, pareceu-me mais um programa eleitoral que o elencar das obras. Não contra as obras mas sou contra algumas obras que acho ser um desperdício. E fica o meu lamento de que a Avenida de que todos gostamos, apesar das obras, e já com obras e sem qualquer compaixão por quem tem lá os seus negócios, pese embora os objectivos de se fazer aquela remodelação, não teve em conta sequer a pandemia que assolou toda a gente e que atingiu necessariamente os comerciantes.

Um dia destes visitei a Avenida e tive a nítida sensação que estávamos de novo em confinamento dado que não havia circulação. Posso dar-lhe fotografias e apresentar aqui. Eu vi e portanto daquilo que vi não posso dizer uma coisa diferente. Eu vi claramente e transparentemente, como o Senhor Presidente costuma dizer. Eu sou de Aveiro, nasci na Avenida e quero o melhor para a minha Cidade. E é isso que eu quero independentemente da posição que cada um tenha politicamente. Aveiro está em primeiro. O resto vem a seguir. Disse."

Vogal Catarina Barreto (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[016](#)

"Boa noite a todos. Aveiro está em primeiro sem dúvida. Aliás o Senhor Presidente disse e bem que Aveiro deve ser o Partido de todos nós. E se dúvidas houvesse ao lermos este relatório de Actividades acho que as dissipamos.

E se ainda continuássemos com dúvidas que Aveiro não era o Partido de todos nós e desta coligação, bastava estar atento às redes sociais e perceber que houve um périplo pelas 10 freguesias (e não todas da coligação) e de facto nos quatro cantos do concelho há obra em todo o lado, que há obra que tocam e que mudam a vida das pessoas.

E no caso de Aradas, que é o que me legitima e é por Aradas que eu aqui estou, efectivamente esta obra do Centro Escolar de Verdemilho toca e muda a vida da comunidade educativa Aradas, do Jardim-de-infância e primeiro ciclo.

Metade da comunidade educativa tem aulas no Centro Escolar de Verdemilho, para percebermos a importância do Centro Escolar de Verdemilho. E há 18 meses o meu telefone não parava de tocar dos pais, chateados e com razão, porque tinham de ter baldes dentro das salas e pedaços de tecto que já não existiam. E portanto A escola estava degradada embora seja um equipamento recente. Não era apenas a rede e chegou ali a haver problemas chatos.

Mas ontem o périplo terminou em Aradas e vimos que a escola está com excelentes condições e de facto agora o que os pais se queixam é de não poderem parar à porta da escola para poderem deixar os filhos por causa da chuva que apanham do carro até à entrada. Quando ainda há 24 meses queixavam-se da chuva que os filhos apanhavam sentados na sala de aulas.

Portanto isto é mesmo uma melhoria significativa na Educação. Educação que é o futuro de todos nós. Quando falamos de Educação e de escolas falamos dos filhos de todos nós e da nossa geração. E quando a comunidade educativa de Aradas se está a formar e com excelentes condições eu tenho de estar muito feliz e dar os parabéns a esta Câmara Municipal. E este investimento de meio milhão (que é um investimento muito significativo) para a rua de acesso é bem-vindo. Eu ouço falar deste acesso desde que a escola foi feita. A verdade que ainda ninguém tinha conseguido resolver os problemas que existiam com os diversos proprietários para conseguir fazer a rua. A rua neste momento está a um mês (como o Senhor Presidente disse) de estar concluída. E portanto a importância daquela rua nós nunca a percebemos bem e espero que neste mês que falta também nunca se venha a perceber, porque nunca teve de se escoar aquela escola por uma situação de emergência porque efectivamente tínhamos o caso de uma escola no meio de terras de milho e com um acesso que ia lá dar e portanto se tivéssemos de escoar as 200 crianças, mais os professores, mais os assistentes operacionais, já tínhamos percebido a relevância desta rua e deste investimento de quase 1 milhão na Educação em Aradas.

Depois também, embora não seja na minha área, mas também sinto a cidade, e sinto que a Avenida também é de todos. É a nossa Avenida e é a Avenida mais importante de Aveiro e felicitar o executivo da Câmara pelo trabalho da obra. Pela forma como estruturou a obra. Muito bem pensada, muito bem faseada e a promoção que está associada à cidade e que está também associada à Avenida nomeadamente na exposição. E quando andamos por fora noutras cidades e nos dizem "é de Aveiro" Aveiro é fantástico e quero muito conhecer. Mais que nunca ouvimos essa frase e recebi mensagens nesse sentido de que Aveiro é fantástico, porque de facto tem existido um investimento sério e esta obra da Avenida vai ser sem dúvida uma grande mais-valia para um Aveiro fantástico. Disse."

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[017](#)

"Obrigado Senhor Presidente. Saudar a Mesa a Câmara e os meus colegas deputados. Sobre o ponto em questão do relatório de Actividades da Câmara queria manifestar a minha satisfação pela última parte da intervenção da Senhora deputada Ana Seíça Neves.

Quando diz que este relatório é um programa eleitoral. Não é um programa eleitoral, é o cumprimento para com os aveirenses do programa eleitoral. É uma coisa diferente. O que se está a fazer é o compromisso que a Câmara assumiu nas últimas eleições que está a decorrer. Com uma vantagem suplementar relativamente a alguns anos atrás, agora está a fazê-lo com sustentabilidade financeira. Coisa que em Aveiro, quem cá vive há alguns anos, não tem boas recordações disso. Eu como Presidente de Junta na altura sofri na pele pela situação financeira em que a Câmara estava quando fui para a Junta.

Mas o que me quero referir é dar os meus parabéns pessoais à Câmara pela exposição que fez no edifício da Assembleia Municipal, sobre o projecto da Avenida para que todos os aveirenses o conheçam, mas sobretudo para mim a história da Avenida.

Fala-se muito de Aveiro, fala-se muito da Avenida, mas do meu ponto de vista quero contar o se passou há 70 anos. Eu há 70 anos assisti em casa da minha avó materna a uma discussão entre os aveirenses que viviam em Aveiro e os aveirenses que viviam em Lisboa. E os aveirenses de Aveiro insultavam o Dr. Lourenço Peixinho (na época presidente de Câmara) porque diziam: para que é uma Avenida com 30 metros de largura. E os aveirenses que estavam em Lisboa apoiavam-no e diziam o que estava a ser feito em Lisboa. Portanto as contestações que os Aveirenses fazem quando se faz qualquer coisa nesta cidade começa a ser normal. Recordo aqui também uma afirmação feita pelo Dr. Girão Pereira. "os aveirenses às vezes não sabem o que querem".

Queria relativamente à exposição Senhor Presidente, manifestar-lhe o meu elogio assim como aos serviços da Câmara pela explicação que fizeram sobre a história da Avenida e das suas peripécias ao longo dos anos desde que a Avenida existe e das suas construções como foram feitas. Essa é uma parte importante da história de Aveiro. Se ainda não visitaram visitem e ficarão mais aveirenses. Obrigado."

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[018](#)

"Boa noite Senhor Presidente. Eu só posso dar os parabéns ao executivo na pessoa do Presidente, porque efetivamente ouvir o que o vimos aqui hoje e temos ouvido é magnífico. É magnífico, como o meu colega Casimiro Calafate falou, na política, a parte mais nobre da política é o contrato que os políticos fazem com os seus eleitores. E efetivamente aquilo que estamos aqui a ver é um cumprimento com uma taxa de execução absolutamente extraordinária relativamente àquilo que foi o compromisso eleitoral desse projecto com os eleitores.

Eu estou perfeitamente alinhado e era essa a dimensão que eu gostava aqui de vos trazer, porque fui fazer um exercício (e vou-me apenas restringir à Glória e Vera Cruz) e é muito ingrato porque vou falhar em muita coisa. A quantidade de obras como já qui foi dito é brutal. Mas para verem a taxa de execução daquilo que está no compromisso eleitoral, apenas para a Glória e Vera Cruz: reabilitação dos blocos de habitação no Bairro de Santiago, já são mais de 4 milhões de euros investidos no que estava no programa eleitoral da Aliança com Aveiro; o compromisso para com as Associações é absolutamente notável e da máxima importância associativa no nosso município; mas também coisas como o edifício Távora; o parque de estacionamento a nascente da estação da CP; a própria recuperação do edifício da antiga estação; o Rossio e as Pontes; a Avenida Dr. Lourenço Peixinho, que como todos vêem está em obra. E reforçando aquilo que a Catarina disse, eu já no início quando se falou sobre esta obra é ver a preocupação que está espelhada nesta obra de fasear e provocar o menos impacto possível aos comerciantes e portanto aproveitar o actual momento, não perder fundos comunitários, garantir a execução dos fundos para captar novos fundos amanhã, portanto tudo isto foi feito com o máximo de respeito e o máximo de cuidado para com os comerciantes da Avenida.

E escrevam isto, toda a gente vai agradecer por esta obra se ter iniciado e chegar a bom porto quando concluir nos 16 meses de obra.

Mas mais: a rotunda do ISCA; a Rua da Pêga; enfim, todas estas obras que estamos a ver neste relatório de Actividade Municipal. Tudo isto estava elencado no programa do Aliança com Aveiro. E eu próprio digo-vos, surpreende-me a taxa de execução mesmo ao nível político que esta Câmara está a ter. Só temos que dar os parabéns.

E há ainda outra dimensão que eu gostaria de trazer aqui á Assembleia Municipal.

É que isto provoca naturalmente uma grande dificuldade aos partidos de oposição de fazerem oposição. E traz até a nu as próprias incoerências tomadas por alguns partidos qui na Assembleia Municipal.

E falo concretamente de quê? Toda a gente fala da pertinência das obras, alguns até dizem que há obras em excesso e por exemplo quando se falou na transição do Saldo do ano passado para o exercício de 2020, o Partido Socialista dizia, se fossemos nós retirávamos daí uma boa parte para amortizar mais rapidamente a dívida. Se calhar por sentirem a responsabilidade de que a maior parte da dívida era vossa. Mas depois vem aqui dizer que as obras são pertinentes e fazem falta e depois fazem o exercício que é: gostam tanto disto que começam a dizer, então a ligação da Vasco Branco com a Silva Rocha quando é que está pronta? Então e o estacionamento a nascente da estação quando é que fica pronto? Ou seja, depois ficam numa ansia para inaugurar. É bom sinal porque eu também gosto das coisas inauguradas. Não entro é no discurso de incoerência quando se diz que as obras são importante mas depois quando é transição de Saldo dizem tirem lá dinheiro para amortizar mais rapidamente a dívida. Mas depois não dizem o que é que devemos deixar de fazer. São as IPSS, são as Escolas que a Catarina aqui falou, só para falar do caso de Aradas mas que sucedem por todo o concelho. Essa é a incoerência que depois bem a nu pelo facto do executivo estar com uma taxa de execução como está.

E tenho de referir aqui mais uma coisa e que é uma técnica nova que estou a apreciar e que me aconteceu no sábado, que já não só e a obra que é pertinente mas também a questão do pormenor. Gostava mais assim, gostava mais d azul, gostava mais de amarelo, e a priorização dos timings. É extraordinário. Então não é que estive no sábado com um alto responsável do BE na Rádio Terra Nova a dizer que a obra da Avenida não tem prioridade nenhuma e que a Mário de Sacramento é que precisa de obras. Mas a Mário Sacramento também está no programa. E portanto a única coisa que se percebe daqui é que todas as obras são importantes. Uns apenas trocavam a ordem em que as obras são feitas. E isso demonstra a incoerência e acima de tudo uma dificuldade muito grande de fazer oposição porque o trabalho que está ser feito é notável e estão todos de parabéns."

Vogal João Moniz (BE)⁰¹⁹

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD)⁰²⁰

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²¹

"Boa noite Senhor Presidente. Na sua pessoa cumprimento todos os presentes. Sobre a actividade municipal dizer que tivemos e estamos a ter um período muito rico de actividades quer sejam obras, quer sejam iniciativas culturais, quer sejam medidas de controlo ao Covid 19, quer sejam ações na áreas da cidadania. Ações de apoio às associações culturais, desportivas, de caracter social ou ONGs.

Na habitação social um investimento como há muito não se via em Aveiro. No geral podemos dizer que estamos numa fase muito grande e profícua em prol dos aveirenses e de Aveiro. Não vou falar das obras feitas ou em curso, pois essas basta sair à rua e ver o sei avanço dia-a-dia para proporcionar melhores condições de vida aos aveirenses.

Vou referir-me a alguns pontos como OPAD, Cultura e obras não feitas que essas sim nos preocupam. Sobre o Orçamento Participativo de Acção Directa está em desenvolvimento e a seguir o seu curso normal. Este é um processo que tenho seguido desde o início pois tive algumas dúvidas. Não falo aqui do que é que a Câmara fez. Disso já tivemos conhecimento e do regulamento do mesmo. Queria falar de uma ação de cidadania protagonizada por um cidadão aveirense que é talvez aquele que mais consegue dinamizar e colocar a mexer os cidadãos. Estou a falar do Prof. José Carlos Mota e dos Vizinhos de Aveiro que no âmbito do OPAD dinamizaram várias ações públicas que referirei.

Primeira foi uma ação on-line onde se debateu o regulamento do OPAD. Nessa ação estiveram presentes o José Carlos Mota, O Vereador João Machado e um outro elemento que cujo trabalho era discutir e dinamizar o regulamento do OPAD. No fim todos concordaram que o OPAD de Aveiro estava muito bem elaborado e que aquela famosa alínea de participação no projecto estava bem incluída porque contribuía para a própria acção dos projectos apresentados.

Ultimamente houve também a apresentação de três projectos em votação. E a pergunta que apresentei ao painel era se a comparticipação de 10% no projecto tinha condicionado algum dos proponentes. A resposta de todos foi se essa participação era salutar e que até era um meio de todos estarem mais envolvidos na elaboração do mesmo.

Para terminar este tema também realçar a presença neste debate do Vereador João Machado e do Senhor Presidente da Câmara que assim deram mais notoriedade ao OPAD aos seus projectos. Agora falta cada um de nós tomarmos conhecimento dos projectos e votarmos nesse OPAD para assim escolhermos os projectos que gostaríamos de ver implementados.

Sobre Cultura é difícil escolher um tema neste período. Neste período a Cultura foi do meu ponto de vista, um dos sectores onde o executivo esteve particularmente bem. A requalificação da Igreja das Barrocas, a renovação e requalificação do Teatro Aveirense, a inauguração do Atlas (edifício Fernando Távora), lançamento do projecto do Museu da Terra em Requeixo, reinicia das actividades do Teatro Aveirense, com espectáculos esgotados, sempre cumprindo as normas de segurança da DGS. Festival dos Canais com lugares marcados e bilhetes levantados previamente, eventos nos Canais, Praça Marques de Pombal, e na escadaria do Fernando Távora. Eventos criados por artistas e criadores locais.

Tivemos ações em conjunto com a Fundação de Serralves. Tivemos o Apresto na Marinha da Troncalhada, várias exposições. Tivemos o Festival das Dunas de São Jacinto também cumprindo as regras da DGS, promoveu uma vez mais São Jacinto e as suas potencialidades.

Cultura Perto de Si. Programa estruturado para os quatro cantos do concelho divulgando e descentralizando a Cultura. Apoio financeiro a Associações Culturais do Concelho nesta fase Covid.

Por fim falar também do programa Cultura em Tempos de Incertezas. Teve 19 concertos na escadaria do Fernando Távora, evento organizado com músicos e técnicos aveirenses que aderiram a esta ação que teve como primeiro objectivo apoiar os mesmos neste período. Realçar que foi participado essencialmente por músicos e técnicos aveirenses.

Queremos realçar esta componente cultural da Câmara, que a Câmara abraçou, no âmbito de Aveiro Capital da Cultura 2027 e que neste período difícil continuou a sua aposta.

Sobre as obras não feitas. Aqui é uma chamada de atenção para todos. Mas mesmo para todos. Não é chegar aqui e dizer "Aveiro Primeiro". Nós queremos na bancada do PSD saber para quando a assunção financeira para a expansão do Centro Hospitalar do Baixo Vouga. A via Aveiro/Águeda obra do governo do Partido Socialista para quando a assunção da mesma. Estrada São Jacinto Torreira, obra do governo socialista, para quando a sua assunção. Segunda fase da N235 entre a ERSUC e Aveiro, obra do governo socialista., para quando a sua assunção. Ligação da Rotunda da A1 à A1, obra do governo socialista para quando a sua assunção. Vouguinha Aveiro/Águeda, para quando a requalificação da linha e das composições para que esta possa ser uma verdadeira opção de mobilidade. Entrega dos terrenos da Lota, dos terrenos do hospital de São Bernardo, do Colégio Alberto Souto, à Câmara Municipal no âmbito da Delegação de Competências. Para quando a transferências para que a Câmara cuide destes espaços?

Mais grave a habitação social. Para quando as obras de reabilitação dos bairros do Caião e Griné da responsabilidade do IRHU. Saibam senhores deputados que a habitação social da responsabilidade da Câmara está toda reabilitada ou em fase final de requalificação. Já a que está a cargo do governo está abandonada e é má. Péssimas condições de habitabilidade, uso indevido das mesmas, que faz o governo socialista por estas habitações e por estas pessoas? Nada. Abandono total.

Por fim e para terminar. Nesta fase de elaboração do Orçamento da Câmara para 2021, senhor Presidente, na bancada do PSD gostaríamos de aqui balizar a ação para o Orçamento da Câmara. Deve ter uma assunção das dívidas do passado, não adesão ao dilatar no tempo das mesmas, deve ter um controle da gestão corrente e deve manter o forte investimento na qualidade de vida dos aveirenses."

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²³

"Muito obrigado a todos pelas questões. O canil municipal ficou deserto o concurso e na passada segunda-feira dia 21, em reunião do Conselho Intermunicipal lançámos novo concurso, igual ao anterior, apenas com mais 10% no valor base do concurso, para aumentarmos a atratividade dele ao mercado. Nós estamos todos com um problema muito complexo que vai continuar e vai agravar-se. Não vale a pena ter ilusões. Há uma escassez de resposta do sector da construção civil em relação à quantidade de operações que estão a ser lançadas no somatório do sector privado com o sector público. Aquela ilusão do Senhor Primeiro-ministro que acha que os que estão desempregados vão agora para o sector da construção civil é uma ilusão do Primeiro-ministro porque isso não existe.

E é um problema delicado e que nós já o estamos a sentir. Nos nossos concursos conseguimos que apresentem propostas dois ou três empreiteiros quando ainda há dois anos tínhamos sete, oito, dez, doze. E é um facto que vai continuar a acontecer e que se vai agravar. Em obras de toda a natureza. Hoje o que é mais complicado é arranjar mos empreiteiros para obras pequenas. É um problema, mas pronto aconteceu-nos isto.

Achamos que o canil intermunicipal, o Rui discorda mas tudo bem, mas é o melhor modelo. A gestão intermunicipal é hoje excelente em tudo. Nós temos tantas coisas que já nem nos lembramos que são de gestão intermunicipal e esta é mais uma. E claramente é a dimensão intermunicipal que lhe vai dar qualidade e sustentabilidade a isso. E depois é um acto de solidariedade. Nós em Aveiro fariamos um canil sozinhos, tranquilamente, mas há municípios dos 11 da nossa Região de Aveiro que não o tinham condição de o fazer.

E quem é líder tem uma nota fundamental para se ser líder. É ser solidário com aqueles que tem menos condição, menos massa critica a esse nível, para terem certa tipologia de operações.

Quanto às Escolas com amianto nós temos quase o nosso projecto terminado. São 4 escolas que estão envolvidas. Todas escolas ainda sob alçada do Governo, do Ministério da Educação (EBs de Aradas, Oliveirinha, Cacia e Eixo). O levantamento e o projecto foram feitos pela nossa equipa, são 736 mil euros de estimativa de custos.

É evidente que este processo é um absurdo que o Governo inventou porque ir a um telhado apenas tirar o amianto não serve para nada.

Se mexe no telhado tem de colocar cobertura nova, com qualidade, resolver os problemas de infiltração, fazer emendas de telas com as platibandas, etc, etc. Mas é isso que é o nosso projecto e é isso que estamos a negociar com o nosso financiador que financiará a 100%, mas depois há uma discussão de qual é a parte que é elegível e outra que não. Ainda esta semana tive uma reunião com a Presidente da CCDR Isabel Damasceno na passada terça-feira e julgo que temos um ponto de encontro para seguirmos com o nosso caminho e lançarmos o nosso concurso proximamente.

Mas não vale a pena ter ilusões. Estas obras só podem ir para o terreno na primavera do próximo ano. Vamos ver. E vamos ver se há empreiteiros para as fazerem. O país não tem empreiteiros para fazer estas obras todas, não tem. A nós tem-nos corrido globalmente bem. Entretanto há um despacho de adenda que surgiu mais uma escola, inclui-o a Aires Barbosa, mas que não falaram connosco, mas vamos verificar para poder assumir também essa responsabilidade.

A nossa tese é outra. Somos contra tudo isto, mas lá vamos assumindo e tentando fazer as obras. A nossa tese é que não é assim que se faz. Qual a razão de não estar aqui a EB de São Bernardo que é a nossa pior EB2,3? Porque o que lá está para fazer é muito mais que mudar o amianto.

A Jaime Magalhães Lima, teve uma obra nossa de um milhão e meio de euros, mudámos o amianto todo, mudámos os telhados todos da escola, mas isso foram 60 mil euros do milhão e meio. Em São Bernardo é uma escola com problemas de vária natureza, uma obra para aí de milhão e meio a dois milhões, mas terá lá sessenta ou setenta de amianto para tirar. Mas irmos lá tirar o amianto que é obra de 60 mil euros e deixarmos tudo o resto para fazer seria um absurdo e nós não praticamos absurdos.

Por que é que então acordámos retirar o amianto nestas quatro? Porque são escolas que estão globalmente bem e apenas é urgente mudar o amianto.

Quanto ao LifePayt, também o referenciou o Fernando Nogueira. Não sei se já perceberam bem o que é o projecto do Lifepayt! Porque é um processo que vai correr com um balanço positivo. É um projecto piloto. E as suas conclusões pelo menos num tempo próximo não serão replicáveis de forma massificada para mudarmos de sistema de recolha de lixo.

O que aconteceu mal no início foi que o contentor produzido, nomeadamente o mecanismo de tampa não tinha volumetricamente capacidade para o resíduo que entra, não teve resistência e portanto partia sistematicamente. Foi considerado um defeito de fabrico e foi devolvido à empresa fabricante e tiveram de fabricar um novo devidamente testado, com uma tampa competente que é o que já lá está.

Depois há um outro problema que é as pessoas serem disciplinadas para terem o seu cartão sempre à mão e quando lá vão entregar dar a leitura ao sistema para que o processo de contagem do depósito seja feito. Temos feito muito trabalho de campanha e de sensibilização e já há uma percentagem de cidadãos a aderir muito importante. Infelizmente a notícia de jornal é quando um cidadão deixa dois sacos fora do contentor. Mas é bom dizer-vos que no mesmo dia em que um cidadão deixou os dois sacos fora do contentor, houve quarenta cidadãos que puseram oitenta sacos dentro do contentor. Mas ninguém faz uma notícia sobre isso.

Depois há outra questão que é a mudança cultural que o processo exige. E dessa vamos ter que tirar as boas ilações do LifePayt porque há boas ilações para tirar e irmos trabalhando para que um dia o princípio da aplicação directa do produtor pagador seja feita, como é feita na Alemanha há 40 anos.

Em Portugal somos três municípios que estamos a monitorizar e a pilotar o projecto para ver como se pode implementar isto, quer na estrutura técnica e na adesão dos cidadãos. Portanto é uma coisa positiva. Mas também era bom que o PAN desse uma ajudinha em vez de andar sempre a dizer mal de tudo. Como as Associações ambientalistas em vez de andarem a dizer asneiras ajudassem na campanha de sensibilização positivas, enfim. Mas pronto é o mundo em que vivemos.

Agora dizer que há uma percentagem mais alta de cidadãos a aderirem e a fazer bem em relação àquela que existe, mas é mais baixa de cidadãos que não estão a aderir e deixam o saco fora do contentor. Eventualmente aquela Associação Ambiental com sede em Lisboa tira uma fotografia e manda ao jornal e faz primeira página do dia seguinte - o que é uma coisa fantástica. Mas enfim, são as dinâmicas da sociedade.

O Nuno colocou uma questão. Dizer que isso é um problema velho. Não sei se o Nuno tem consciência de que quando morre um peixe no Rio Novo como é que o Estado actua? Não tem consciência. Quem tem que ir verificar e apanhar o peixe morto para analisar e verificar qual foi o produto que provocou a morte é o ICNF. Quem tem de recolher as amostras da água e verificar que produto é que estará na água e terá provocado a morte do peixe é a Agência Portuguesa do Ambiente.

Normalmente estas duas instituições ficam a discutir quem é que vai fazer a recolha do peixe e a amostra da água. Em regra há uma das duas que nunca vai ao local. E a outra quando vai, em geral, a maré negra causa da morte já passou e portanto já não é possível recolher amostras. Mas isto é um clássico do país. Não é só no Rio Novo.

Ouçam mas isto é um clássico no país que temos no Rio Novo. É um clássico. Só tem uma vantagem porque ainda não podem culpar a obra da ponte açude do Rio Novo do Príncipe. Porque quando a nossa obra começar vão logo dizer que é a obra que está a matar os peixinhos. Portanto é bom que vão ficando com esta memória futura. E que o Senhor Ministro do Ambiente possa ajudar e influenciar para que o ICNF e a APA possam agir. Olhe, nós, foi o nosso presidente da junta que naquele dia foi lá, tirou fotografias e enviou para mim, que mandei para a AP, mandei para o ICNF. Sabem quem é que lá foi? Nem um nem outro.

Mas temos de ajudar esta malta para trabalharem mais e melhor para ver qual é o problema. Eu acredito que se tivesse sido feita a análise á água e ao peixe e somam-se as duas análises eu acho que concluiriam por pôr hipóteses plausíveis de quem era o responsável por aquilo.

Agora especulação eu não aceito de ninguém. Se o culpado foi A ou B isso não faz sentido nenhum. A verdade é que quem devia ser responsável por isto, faz aquilo que eu vos estou a dizer.

A abertura do ano lectivo. Dizer-vos que correu bem. A semana passada foi de apresentações e tal, esta semana começou e correu bem, globalmente bem. Há acertos a fazer, o que é normal.

Os transportes. Dizer o seguinte: este é um ano lectivo que vai ser muito difícil. Quero dar uma palavra de agradecimento aos nossos directores de agrupamento, porque de facto é um trabalho incredivelmente complexo que eles têm feito globalmente com um nível de grande qualidade. E necessariamente de grande resistência porque é uma maré pesada.

Concertamos o que foi possível concertar. Os horários dos transportes com os horários das escolas. Mas não é possível Nuno passar um autocarro de hora a hora. Se alguém esperava meia hora e agora tem de esperar uma, não é possível fazer de outra maneira. Todos os nossos horários foram aprovados por todos os agrupamentos que foram consultados previamente, tudo devidamente como deve ser, como sempre fazemos. Apenas, não sei se tem boa consciência de como é que funciona hoje uma escola. Com quatro turnos para almoçar, com tempos diferenciados de entrada nas salas de aula, etc, etc. Nós de comum acordo, incluindo a nossa transportadora, fizemos um trabalho de comum acordo, mas obviamente que a perfeição não existe, mas temos um balanço muito positivo dessa justaposição equilibrada entre o que são os horários das escolas e aquilo que são os horários dos transportes públicos.

Quanto ao take-away dizer o seguinte. Nós não temos nada contra. Apenas há uma determinação do Ministério da Educação de que as escolas que quiserem fazer take-away tem de criar uma sala para os alunos comerem. Para evitar que a malta ande a comer por qualquer canto por questões higiene-sanitárias. Não se pode levar a comida para um qualquer sitio, muito menos para casa. Se alguém deixou a comida 1 hora ao sol e depois tiver um problema digestivo qualquer a empresa produtora, já estão a perceber o que poderia acontecer.

Aquilo que está a ser determinado pelo Ministério é o takeaway ser autorizado apenas quando as escolas criem condições de ter uma sala para que ele se pratique, um.

Dois, no caso de se colocar a hipótese do takeaway completo que é a malta poder levar para casa, co encarregado de educação tem de assinar um termo de responsabilidade.

Portanto é este tipo de operações que estamos com a DGS num trabalho de equipa ao mais alto nível e connosco como parceiros que somos, num trabalho que tem corrido muito bem. É bom lembrar que em termos de refeições as nossas escolas EB 2,3 e secundárias têm uma empresa nova de fornecimento. A Gertal ganhou o concurso. Ela já estava connosco no primeiro e segundo ciclo e agora está no terceiro e secundário. Os nossos alunos hoje comem uma refeição que custa 2.1 euros mais IVA, quando no ano passado custava 1.4 euros. Estamos a entregar às nossas crianças uma refeição que custa 50% mais. E devo dizer que há uma justaposição proporcional entre o preço que ela custa e a qualidade que ela agora tem. E esta é uma nota muito importante.

E para já quem paga esse valor a mais é a Câmara Municipal de Aveiro e fazemo-lo com todo gosto porque não podemos admitir que as nossas crianças não sejam alimentadas com a devida condição na sua escola.

Quanto às obras do Rossio. Obviamente que o Nuno sabe a resposta. A resposta é que ainda não há obra nenhuma. O que eventualmente o entusiasmou foi aquele movimento de cidadãos que fez um alarido e conseguiu ser capa de jornal. É pena não mostrarem a cara. É pena. Mas eu digo o nome. Foi o Senhor Davis Iguaz, a esposa do Senhor Davis Iguaz, e o José Guerra que é o adjunto do David Iguaz. Foram três cidadãos que quiseram fazer um acto, pararam uma equipa que ia fazer um trabalho durante duas horas, mas correu tudo bem. E efferreá. E agora vamos à outra parte que eu não posso dizer para não ter mais problemas porque esta semana chegou mais um processo em Tribunal do David Iguaz e do Movimento Juntos pelo Rossio. Portanto é uma faturinha.

Eventualmente a obra que estava a falar seria esta porque como passa lá e vê bem, é rapaz novo, verifica que não há lá obra nenhuma.

D.ª Ana Seiça Neves, estamos em fase, na próxima semana termina o prazo para a entrega das propostas. Portanto é nesta fase que o concurso está. Depois é analisar as propostas e a ver vamos. É a fase em que estamos deixando já a sua pergunta respondida.

O João Moniz fez aqui uma confusão. João Moniz há coisas que o eu tenho de descontar se não, enfim. É uma palavra que eu não uso, não está em acta nenhuma da Câmara porque é uma palavra que eu não uso. Até podia usar, mas é uma palavra que não uso. Mas vamos lá pôr as suas contas em ordem. Tudo o que disse naquela reunião respeita à concessão municipal que normalmente designamos por Aveirobus. E esta é uma operação absolutamente autónoma da outra operação da CIRA. A CIRA é a autoridade regional de transportes. Nós somos apenas autoridade municipal de transportes e, portanto, tudo o que eu disse tem a ver com a nossa operação municipal e o trabalho da sustentabilidade financeira dela.

E nós Câmara, temos acesso ao financiamento que pomos na concessão normal, ao PART que o governo disponibilizou, ao PORTRANS que o Governo somou por conta do Covid e um valor adicional que vamos arranjar no nosso Orçamento para tapar aquilo a que chamamos no nosso Orçamento o "buraco Covid". O novo buraco que a concessão teve por força da quebra brutal de receitas provocadas pelo Covid.

Na CIRA não é assim. Porque a CIRA lançou um concurso que não teve candidatos. E agora obviamente não vai lançar concurso nenhum porque se o fizer não há candidato outra vez. O sector dos transportes é do sector mais gravemente atingido com este problema. E portanto a lógica que estamos a gerir é que cada município é que gere as operações, acerta com o operador que lá está (são os contratos à moda antiga) e a CIRA como autoridade regional é ela que manuseia o PART e o PROTRANS. E é por ai que esse

dinheiro é transposto para os operadores de transportes e ajudá-los a financiar a operação em tempo normal e nesta situação covidiana.

Raúl Martins obrigado pelas referências. E dar nota que tomei nota do túnel. Nunca ouvi falar disso para as escolas, mas tomei boa nota para investigar. Nós nas escolas temos seguido as orientações da DGS e do Ministério da Educação que julgo estarão globalmente correctas e temos de estar tranquilos nisto tudo. Se forem precisos outros investimentos a Câmara estará sempre atenta e parceira. Tomei nota desta sua ideia, não me tinha passado, para verificar a sua exequibilidade, sendo certo que o faremos sempre debaixo das directivas da DGS que é quem tem que as dar.

Jorge Greno dar-lhe conta que a nova sinalética direcional está em processo de finalização de projecto pela empresa 8GO que é a nossa empresa projectista.

A ciclovia na rua nova a lógica ali é quando entramos para a área urbana não há ciclovia dedicada. A bicicleta é para se misturar com o carro nas áreas urbanas. Nas variantes, chamemos assim, é para ficar com ciclovia dedicada nas bermas das vias. A Alameda Silva Rocha, a Rua Vasco Branco e a via agora de ligação. A lógica base é esta.

As questões que colocou são pertinentes mas não têm nexos. Aliás é muito giro esta nossa obra que em princípio se tudo correr bem será aberta antes do prazo formal para a concluir. Vocês que andam sempre com os prazos que é um dos vossos divertimentos últimos, esta obra em princípio ficará pronta para a semana e ainda falta um mês. E tenham calma. Se lá passarem à noite hão-de reparar que falta uma peça fundamental. Os postes e as luminárias para a iluminação pública, que não é culpa do empreiteiro porque o país todo tem atraso nestas matérias porque os fornecimentos muitos deles são de importação e as empresas estão atulhadas de trabalho. É o que falta lá. Temos um excelente empreiteiro vamos adiantar a entrega daquela obra em três semanas. Na próxima semana já lá podem andar.

Mas qual é a diferença entre aquela obra e aquelas que foram feitas como diria Vexa, só para o citar Pires da Rosa, que não gosto muito, como fez o seu Partido com as Avenidas mais absurdas do mundo, porque as Avenidas acabam num lancil. E portanto a ideia boa do Jorge Greno não se pode aplicar. Porque não podemos ter passadeiras a descarregar para terrenos privados. Ou seja temos a passadeira e o peão quando passar chega ao lancil e tem de ficar em equilíbrio. Porque não há passadeiras para acesso a lancis. Falta construir os passeios. E nós temos muitas dificuldades porque àquela gente foram-lhes prometidas coisas brutais. E agora executá-las é um trinta e um. Temos algumas negociações a correr bem e outras muitas difíceis.

E nas nossas Avenidas há ciclovia, há passeio e há passadeiras. E vamos trabalhar como fizemos com a Mercadona para conseguirmos que o tal fim da via pública no lancil, acrescentemos a vaia de estacionamento, o passeio, a passadeira, o que for, para que se cumpra aquilo que a gente quer que é a segurança plena para os nossos peões.

Os processos das taxas de resíduos é diferente Jorge. Estas entidades nunca pagaram. Elas meteram a Câmara em Tribunal por não quererem pagar. Os processos estão quase a acabar, mas aquilo é um folhetim a sério. Eu lembro que estes processos foram a Tribunal Constitucional. Portanto arrumar a casa não é fácil.

Mas aquela ideia da Sr. Doutora eu tomei boa nota. Faz sentido que quando um processo sai da Relação poder ter uma nota de como é que saiu. Acho que faz sentido. Mas saiba que estamos sempre ao seu dispor. Gostamos muito de si. Não tem jeito nenhum, para líder de bancada, mas isso é um problema que há-de resolver com a aprendizagem. E é difícil a número três de uma bancada, porque o número um passa a vida a faltar e o número dois seguiu o exemplo do número um. Mas olhe, oxalá que lhe apanhe o jeito, mas a gente percebe isso tudo.

E estamos sempre ao seu dispor para vir cá falar com a sua colega jurista chefe para saber tudo. Mas achei boa a ideia para no relatório podermos pôr essa nota nos processos que saiem no relatório.

Ao Fernando Nogueira queria dar-lhe nota da Ilha do Canastro. Fernando a alteração foi por prolongar. Porque o estudo urbanístico se vir com atenção e estou obviamente ao seu dispor também, acabava na rua da Ilha do Canastro e faltava aquele bocadinho até à Avenida da Força Aérea. No fundo foi amplia-lo para fazer as definições por causa do futuro terreno da Ilha do Canastro e de um outro da família Ramos. Aquele episódio que tivemos de resolver há tempos e que também faltava fazer um ajuste na implantação do anterior estudo urbanístico.

Portanto a alteração foi por causa disso. Espero que tenha gostado de termos realojado as nove famílias. Estão todas felizes, com casas porreiras, já acabou a Ilha do Canastro, vamos pôr aquilo direito. Espero que tenha gostado mais da demolição e do realojamento das nove famílias do que a alteração do estudo, que quando olhar outra vez depois desta minha nota vai perceber-lo melhor daquilo que fez em primeira instância.

Pires da Rosa, olhe houve um passarinho socialista que Vexa estava com um problema existencial com a rotunda do Solar das Estátuas. E eu trouxe o papel para vexa poder ver o projecto e passar a perceber porque é que aquilo é assim. Eu quero agradecer ao passarinho socialista, deixe-me chamar assim, porque ele pediu anonimato, disse o Pires da Rosa vai perguntar pela rotunda do Solar das Estátuas. Eu ok, porreiro, vou levar o papel e como nunca trago projectos para a Assembleia, mas agradecer ao passarinho socialista, e está aqui o projecto para o Pires da Rosa poder conhecê-lo. Fica aqui ao seu dispor.

Qual é a lógica base. É fazer uma rotunda com epicentro que conjugue a Avenida Europa, a via que vai para a OLI moldes, e a via que faz a servidão para o centro de Esgueira e para as empresas ali. E portanto ela teve de se arranjar um centro neste conjunto. E depois resolver um outro problema que temos lá que é o desnível. Ela ainda vai ter inclinação, não havia volta, e cuidar dos ângulos de viragens que é o mais complicado que é um camião que venha de Ílhavo e vire para a OLI necessita ali dum angulo em condições para poder virar em segurança sem perturbar o resto do tráfego.

São questões desta natureza. Mas dê uma olhadela ao desenho para perceber melhor. E depois ponha lá um gosto no facebook onde é militante e explicar à malta que ainda não percebeu o alinhamento da rotunda que é uma coisa catita. E vai ter um efeito eficiente de abrandamento de velocidade. Porque se ela fosse em linha íamos ter aquela situação de seguir a velocidade mais elevada como fazemos em algumas rotundas onde isso é permitido. Este desencontro com a Avenida vai também ser eficiente para conseguirmos que quem circula na Avenida Europa nos dois sentidos o possa fazer naquele cruzamento a velocidade reduzida.

Aquela coisa da árvore de natal a piscar eu também achei que aquilo piscava demais e pedi à nossa malta "ponham lá isso a piscar mais devagarinho, mais natalício". E alguém me disse "isto é par a chatear o Pires da Rosa" para ele não dormir toda noite. E até achei aquilo interessante e disse "olhem então deixem lá estar isso para ver o que é que ele diz".

E pronto, cá está. Achei piada. Tomei boa nota e concordo consigo. Aquilo ficar ali apagado de ficar a apagar tipo, uma balada não é. Porque aquilo está um bocado ao roqueiro. Ó Pedro, tomei boa nota e portanto a árvore lá estará este ano, obviamente as nossas "Boas Festas" terão as limitações naturais deste ano, e estamos à procura de uma nota de diferença neste ano. Portanto fica combinado que no mínimo a acender e apagar, mas em jeito roqueiro não vamos ter. Vamos ver se o conseguimos surpreender positivamente e deixá-lo dormir, porque deve ser desagradável nomeadamente quando se dorme com a janela aberta. Há malta que gosta de dormir com a janela aberta e isso até é saudável em tempo covidiano.

Simões eu não entendi se o meu amigo acha que os bancos de jardins são demais ou se são poucos? Há dias uma pessoa Nos Montes de Azurva dizia "Sr. Presidente devia pôr mais bancos". Porque há pessoas que gostam de ir dormir a sesta para o banco. E os que estão são muito poucos. Eu disse, olhe penso que não irá assim tantas pessoas a dormir nos bancos, mas pronto podemos colocar mais 5, mais 10, ou mais 20. Mas pela sua nota pareceu-me que são bancos existentes a mais! Olhe deixe lá estar os bancos para quem quiser usufruir deles. Mas já viu o que era estar aqui a discutir isto com os cidadãos? Nós temos aqui elencadas 92 obras e projectos. Simões pelo amor de deus tenha juízo.

Agora pode ter uma atitude diferente que é quando dizemos vamos fazer este ou aquele projecto, diga coisas. O Simões é o vice-rei dos Montes de Azurva. Um homem que já deu muitos contributos para os Montes de Azurva. E só temos de lhe agradecer. Mas diga isso em tempo. Olhe aquilo que tratamos hoje os dois, a sua carruagem do comboio, olhe que vai ficar um mimo. O meu amigo quando a vir já nem se lembra dela nem a vai conhecer. Nós estamos agora a fazer os Montes de Azurva ter um mínimo de qualidade que foi perdendo pelo abandono a que a Câmara anterior votou aquilo. Agora temos os Montes de Azurva com qualidade, muito bons. É pá, há lá uns bancos a mais, bem nós vamos tentar melhorar. A perfeição não existe. Nós lutamos para que as obras sejam boas o melhor possível, perfeição não existe. Nos vamos continuar a trabalhar em prol do nosso município e arranjar capacidade técnica e financeira para prosseguirmos este trabalho intenso.

Quero agradecer à Catarina Barreto, ao Casimiro Calafate, ao Filipe Tomaz, ao Manuel Prior, as referências. Essencialmente esta referencia capital que é, alguém lhe chamou programa eleitoral, mas é a falta de jeito, e nós temos de perdoar a quem anda a tentar ser líder e nunca sabe se o número um vem ou o número dois, passam a vida a faltar, que é uma falta de respeito para com esta Assembleia Municipal e por esta Câmara. Porque nós vimos cá sempre. Mas enfim é o Partido Socialista que temos. Não nos arranjam melhor é o que temos.

Mas isto é mesmo o programa eleitoral. É isto que nós queremos na política. Gente que cumpre aquilo que assume com os cidadãos. As eleições e os programas eleitorais servem para escolher pessoas e programas. Os mandatos servem para que as pessoas escolhidas executem esses programas. Alguém hoje de forma absurda chamou isto de programa eleitoral. Felizmente que estas obras que aqui estão todas já não vão estar em programas eleitorais. Uma ou outra é capaz de não estar pronta e vai estar no programa eleitoral. Mas o que isto quer dizer é que este projecto que os cidadãos escolheram por larga maioria está a ser executado de acordo com o compromisso que assumimos com todos eles. Muito obrigado."

Membros da Assembleia

Vogal Ana Seiça Neves (PS) — Nos termos do artigo 32.º do Regimento:⁰²⁴

"Gostaria de me dirigir ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia porque já não é a primeira vez que o Partido Socialista nesta câmara, com a mesma legitimidade de qualquer um dos membros que faz parte desta Assembleia Municipal, de estar aqui permanentemente a ser de certo modo injuriado, desqualificado, tentar achincalhar as pessoas pessoalmente. E em nome do Partido Socialista eu acho inaceitável e inacreditáveis estas intervenções. Isto é uma Assembleia política em que as pessoas estão para dizer da sua vontade o que acham, concordem ou não concordem.

Não está aqui o Partido Socialista para estar aqui constantemente achincalhado. E quando digo achincalhado é pessoalmente em nome de todos os elementos que compõem a bancada do Partido Socialista.

E vou-lhe dizer mais. Não é o senhor Presidente da Câmara nem ninguém que me vem dizer como se dirige uma bancada! Porque profissionalmente e pessoalmente, tenho estado à

frente de muitas bancadas e nunca ouvi disso. Muito menos como se dirige ao Pires da Rosa, ou ao Fernando Nogueira, enfim a todos elementos que compõem esta bancada. É bom que o Senhor Presidente tome nota disto.

O Partido Socialista tem legitimidade para estar aqui. Tem legitimidade para dizer quem é o que deixa de ser. Tem legitimidade para quem é o seu líder de bancada. Provavelmente o seu líder de bancada não é nem sequer o terceiro da lista, terá outro número qualquer.

Mas eu não tenho nada a ver com isso. Cada Partido faz aquilo que entende.

Agora o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, também penso que terá competência e legitimidade para chamar atenção quando se está a amesquinhar. O Senhor Presidente parece-me muito mau que o Senhor esteja a rir-se. Na última Assembleia permitiu-se dar dois murros na mesa, que se fosse alguém doutro Partido da oposição, como ainda hoje foi dito que a oposição nem tem como fazer oposição, então acho melhor fazer o seguinte: governar sozinho e nós retiramo-nos. Se entende assim a democracia. A democracia é viver com quem ganha e com quem perde. Até os Romanos diziam "Glória aos Vencidos".

Nós aqui estamos para colaborar. O Senhor não quer, a Câmara não quer, a Assembleia não quer, então vamo-nos embora.

Agora voltar a falar da maneira que fala para os elementos que com consciência e com vontade aqui estão todas as vezes que a Assembleia nos convoca, acho desagradável e não é sequer possível continuar a falar da mesma maneira, com o à vontade, com transparência, que é aquilo que nós fazemos, para não aceitar. Não aceitar é uma coisa. Agora ser desagradável e achincalhar ou inferiorizar as pessoas que aqui estão é muito feio.

O Partido Socialista está muito desagradado com essa posição."

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara— Nos termos do artigo 32.º do Regimento:⁰²⁵

"O Senhora Doutora Maria Seiça Neves, devo dizer que tenho a maior desconsideração por esta sua intervenção! Injuriar...ó Senhora Doutora, acalme-se. A vida não acaba hoje (ouvem-se vozes). Cuidado que está a ser mal-educada, sou eu que estou a falar. Usar as palavras para caracterizar o que eu disse como injuriar, achincalhar pessoalmente ou politicamente...Ó Senhora Doutora, estamos aqui todos, gente com mais de 18 anos e com vida feita muitos de nós. Enfim, alguém que subscreva isto de facto peço imensa desculpa. Podem achar piada ao que eu digo, não achar piada nenhuma, concordarem, discordarem, terem um estilo mais para a esquerda ou mais para a direita. E viva a democracia. Até parece que não se pode ser democrata. E temos a diversidade. Agora que algo daquilo que eu disse aceita esse tipo de adjetivos, peço imensa desculpa mas não é verdade.

E depois há a minha opinião e que tenho direito a ela. A Senhora não tem jeito para este papel. Tem boa vontade. Aliás nota-se. Não sei se reparou que o seu tom de voz vai-se elevando à medida que não tem razão.

Há um problema político. E vou solicitar ao Senhor Presidente da Assembleia que me faculte a mim e que torne publico, a quantidade de faltas que o líder da bancada. Não estou a falar da lista. O Líder da bancada do Partido Socialista chama-se Filipe Neto Brandão. Qual é o número de faltas dele à Assembleia Municipal neste mandato? O segundo da lista na liderança na bancada é o Francisco Picado. Qual é o número de faltas dele nos últimos tempos? E a Senhora Doutora é a número três. É isto (ouvem-se vozes). Peço desculpa mas vai-me ouvir. Se isto é para ir para a má educação..."

Presidente da Assembleia:

"Senhor Presidente da Câmara, obrigado. Vamos avançar na ordem-do-dia. Eu queria acrescentar e para terminar este assunto, que estou muito à vontade neste tipo de questões porque houve realmente um momento critico, enfim logo no inicio deste mandato, em que eu

tive de tomar uma posição, vou-vos ser franco, no limite do meu conforto, em que tivemos que agendar aqui um ponto de muito mau gosto que foi nos limites daquilo que podia ser agendado e fi-lo. Mas pronto avancemos. Alguém ainda pretende intervir?"

Membros da Assembleia

Vogal João Moniz (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²⁸

"Muito o brigado Senhor Presidente. Efectivamente existe aqui uma oposição nesta Assembleia. O Bloco de Esquerda está aqui para marcá-la. Por isso é que nós fazemos perguntas que o senhor Presidente se recusa sistematicamente a responder. Mas uma vez nós fazemos a pergunta. Quanto é que vai custar ao erário público o financiamento da Cira à Transdev. Esta é uma pergunta concreta com uma resposta também imagino concreta. Não foi respondido e nós voltamos a fazê-la.

Temos mais algumas perguntas. Nomeadamente foi anunciado que estava a ser estudado um Parque subterrâneo no Largo Capitão Maia Magalhães, nós queremos saber se a Câmara Municipal tenciona fazer como tem feito com o Rossio e com outros Parques de estacionamento, fazendo uma concessão a um privado de mais este Parque.

Depois em relação às refeições escolares e à descentralização. Como sabe nós somos bastantes críticos em relação ao processo de descentralização. Nós consideramos que globalmente este processo vai colocar em causa os acessos dos cidadãos aos serviços públicos prestados. Nós valorizamos, é uma reivindicação do Bloco desde há muito tempo, as requalificações que têm sido feitas às escolas. Era um défice que existia com a população e portanto obviamente que valorizamos essas requalificações. Mas existe um problema porque a Câmara já anunciou que vai concessionar as refeições escolares a uma empresa privada. E não sabemos e já criticámos aqui, estes serviços de catering concessionado costumam dar problemas. Temos o problema relativamente recente da escola das Barrocas onde muitos encarregados de educação se queixaram da qualidade das refeições que eram servidas pelo concessionário.

Portanto nós queremos garantias que isto não volta a acontecer. Da nossa parte, nós temos uma posição sobre isto, nós consideramos que as escolas deveriam estar equipadas com infraestruturas, com cozinhas próprias para que pudessem fazer refeições de qualidade aos alunos, que funcionasse como serviço público e até as escolas tendo essas infraestruturas poderem até ter uma função na sociedade diferente, nomeadamente dinamizando com produtores locais e dessa forma garantir produtos frescos e que esses produtos fossem servidos nas escolas. Essa opção não está prevista no modelo seguido pela Câmara Municipal.

Ainda queria tecer uma crítica ao Orçamento Participativo. Como sabe nós criticamos e apresentámos uma proposta de alteração. Nós não acompanhamos a opção da Câmara e a Câmara teve de recuar reduzindo a participação dos cidadãos proponentes. Nós não concordamos com este modelo. Nós achamos que este modelo é efectivamente um obstáculo à participação dos cidadãos, num mecanismo que nós consideramos que é importante para aproximar o poder local dos cidadãos. Isso é um desígnio geral que deve ser perseguido. Nós acompanhamos essa intenção. Nós apresentámos um requerimento à Assembleia para que as propostas que não foram excluídas do processo de orçamento participativo, para que essas propostas fossem aqui apresentadas nesta Assembleia para que deputados desta Assembleia pudessem ter um escrutínio da actividade muito mais rico, com muito mais textura. E portanto nós queremos saber quais foram os critérios que foram utilizados para excluir as seis propostas (salvo erro) que foram excluídas do processo de orçamento participativo. Muito obrigado."

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²⁹

"Senhor Presidente, foi aqui levantado o problema da eventual poluição do Rio Novo do Príncipe pelo PCP e as peripécias que o Senhor Presidente relatou de quem é responsável por quê.

Eu queria aproveitar para dizer às bancadas que nos governam no país nestes últimos anos para os confrontar com esta balda que existe nos organismos públicos de fugirem às suas responsabilidades.

E vou contar-vos uma que se passou comigo como Presidente de Junta. Apareceu em determinada altura no Rio Novo do Príncipe um porco morto. Que já vinha de Angeja. A Junta de Freguesia de Angeja já tinha reclamado perante as autoridades responsáveis, pelo percurso do porco. O porco acabou por parar no Rio Novo do Príncipe. Eu fui confrontado pela GNR, depois da GNR ter contactado a APA, a Policia Marítima, O ICNF, ninguém resolveu. Esteve lá o porco três dias. Com esta peripécia toda na semana no sábado recebo eu uma intimidação como ordem da Policia Marítima para que eu fosse enterrar o porco. Mas com uma ressalva, só podia enterrar o porco com a presença da Policia Marítima.

Então comprometeram-se às 9 horas de sábado eu estar no local com os meios e eles virem assistir. Às 8 horas telefonaram-me para que eu enterrasse o porco porque eles não tinham tempo para lá irem. Isto meus amigos é o país que nós temos. Meus senhores ponham o Estado a trabalhar direito."

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD)⁰³⁰

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)⁰³¹

"Senhor Presidente só uma pergunta de uma obra não feita, e esta não sei de quem é a responsabilidade. Sobre a rotunda do ISCA, que para alguns não é mais que uma entrada e saída da Universidade, mas claramente para quem a utiliza é uma coisa boa. Gostava de saber Senhor Presidente, sobre esta rotunda, para quando o término da mesma ou seja qual o arranjo que a mesma vai ter alusivo a Aveiro ou à Universidade!"

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³³

"Bem eu acho que o Bloco de Esquerda não quer saber das minhas respostas para nada. Mas acrescentar que a CIRA não financia apenas a Transdev. São nove as empresas que são financiadas porque temos de financiar todas as operadoras de circuitos intermunicipais dentro da Região e das inter-NUTIII com as quais temos protocolo, que actualmente são todas. Mas eu vou arranjar-lhe uma nota escrita de mail para enviar os valores todos e a proveniência deles e as empresas a quem se destina nos termos das responsabilidades da autoridade regional de transportes que a CIRA é.

Quanto ao Parque a nossa ideia é a de um investimento público, porque a ideia não é um estacionamento público. A ideia é dar aos moradores da Beira-mar que estacionam carros em ruas com 5 metros de largura que são atentatórias da segurança de quem lá reside, dar um lugar de garagem de uso privado. A ideia não é um estacionamento público. Nós temos um problema grave na Beira-mar toda a gente sabe. Há carros estacionados nos sítios errados. Mas qual é a solução das pessoas? Não há neste momento solução alternativa. É esta a ideia que estamos a estudar e que estamos a explorar. Obviamente já temos o estudo prévio em andamento para depois de termos a estrutura de custos, estrutura de solos. Ainda há dias um município chamou a atenção "olhem que havia ali um cemitério" olhem bem para essa questão. Com certeza. Portanto temos todas estas dimensões mas não tem nada a ver. A ideia é objectivamente esta que lhe estou a referenciar.

Quanto à descentralização estamos em desacordo. Tudo bem. É a vida não morre ninguém. Quanto às respostas ao Bloco já enviei hoje um email ao Presidente da Assembleia, mas está lá outra questão. Se o Bloco de Esquerda entender consultar todo o processo estamos ao dispor. Sabendo que alguns não avançaram para a fase em que estamos por desistência. Mas disponham. Eu enviei hoje a resposta ao Senhor Presidente e uma das notas que está lá é se quiserem consultar o processo completo está ao vosso dispor.

Manuel Prior o que falta na bolacha da rotunda é o monumento à nossa universidade. Foi uma ideia da Câmara que propusemos à nossa Universidade que concordou. A Universidade fez o projecto de arquitectura que aprovámos e estamos à espera que nos entreguem o projecto completo com as estruturas, porque aquilo vai ser uma peça com oito metros de altura. Portanto a componente estrutural é importante. E portanto logo que recebermos o projecto avançaremos com o concurso e arranjar empreiteiro para executar esse monumento evocativo da nossa Universidade. Da sua existência e também da proximidade física, porque como sabemos aquela rotunda é também uma entrada importante do Campus da nossa Universidade. Muito obrigado."

Concluída a apreciação da informação sobre a atividade municipal pela Assembleia Municipal, o Presidente da Mesa deu início ao ponto seguinte da ordem-do-dia.

Ponto 3 - Proposta de Recomendação - Programa CED/Esterilização de animais errantes no município de Aveiro:

- 1. A implementação, de forma gradual, o programa CED – captura, esterilização, devolução, com vista ao controlo da população de gatos silvestres no município, começando a sua execução pelas colónias já identificadas, na sua esmagadora maioria urbanas e já com cuidadores informais dedicados, podendo, através destes casos, consolidar as boas práticas, e conceder a todos os envolvidos, as rotinas e os ensinamentos para um melhor desenvolvimento na aplicação do programa;*
- 2. O reforço da emissão de cheques veterinários, ainda em 2020, para fazer face às necessidades e pedidos de esterilizações associados ao programa;*
- 3. Pondere candidatar-se ao apoio do governo para esterilizações de animais errantes, constante no despacho n.º6615/2020 e cujo prazo decorre até 30 de Novembro de 2020.*

De seguida o Presidente da Mesa deu conhecimento⁰³⁴ que no seguimento da documentação apresentada pela Câmara Municipal dos itens apresentados na proposta de recomendação, o deputado municipal proponente do BE retirava o item 3 da proposta de recomendação. Continuando deu a palavra ao deputado municipal para apresentação das propostas.

Vogal Rui Alvarenga (BE):⁰³⁵

"Obrigado Senhor Presidente. Dizer que o ponto 3 cai porque de facto houve uma candidatura por parte da Câmara, ela foi aceite. Esta medida fez parte de uma proposta do PAN em Fevereiro e que foi liminarmente rejeitada, e na altura a argumentação por parte do município era que a instrução do concurso era demasiado complexa para que vale-se a pena fazer a candidatura. Ainda bem que a Câmara Municipal mudou de ideias e portanto não nos custa nada reconhecer que foi favorável a este procedimento. E portanto não temos nenhuma dúvida que isto foi concretizado e portanto achamos por bem retirar da proposta. Decidimos manter o primeiro ponto e o segundo porque continuamos com manifestas dúvidas que aquilo que a Câmara está a apresentar seja efectivamente o CED. Porque a

Câmara na divulgação deste programa omite de facto o termo técnico da implementação. A Câmara fala em campanha de esterilização e atribui-lhe um momento específico de término. Portanto há um período em que vai terminar a campanha e o CED não é propriamente isso.

O CED implica continuidade, implica monitorização, implica continuidade até se cessar o problema dos gatos selvagens que estão na rua e portanto esta campanha soa aquelas campanhas que não resolvem definitivamente o problema.

E depois há aqui algumas contradições. A Veterinária Municipal determinou que não deveria haver mais cheques até ao final do ano e isso implica uma interrupção do programa que põe em causa até o próprio trabalho que a Câmara está a desenvolver.

Por outro lado houve um reforço do dinheiro investido no projecto. Por isso esta contradição para nós pelo menos ficou um bocadinho confuso e por isso decidimos apresentar a proposta ainda assim.

O primeiro ponto tem a ver com essa continuidade e a estratégia que deve ser continua. O segundo ponto tem a ver com o reforço e a continuidade e achamos que o período de investimento no projecto não deve sofrer interrupção e por isso mantivemos o segundo ponto também para discussão. Embora reconheçamos que aquilo que a Câmara tem feito é positivo. Não estamos obviamente contra. Não nos custa nada reconhecê-lo. Apesar do Senhor Presidente achar que nós estamos sempre a dizer mal isso não corresponde à verdade. Agora gostamos de sintonizar aquilo que a Câmara transmite com aquilo que é feito na prática e portanto a campanha anunciada no site não refere em momento algum o programa CED, refere apenas uma campanha de esterilização que é uma coisa completamente distinta daquilo que é o programa CED. E foi esta dúvida que imperou na decisão de manter esta proposta à discussão.

Isto pode ser resolvido com uma explicação mais profunda por parte do Senhor Presidente da Câmara.

No entanto queremos aqui reconhecer que não estamos contra esta campanha e que o PAN tem narrativa a partir de 2001, eu tenho memória, vivo em Aveiro há muitos anos, e executivo que tenha feito alguma coisa nesta matéria na verdade só este. Portanto eu não estou sempre a falar mal como Vexa acha que é o nosso propósito.

Agora temos dúvidas relativamente àquilo que a médica veterinária disse aos cuidadores e que não coincide em nada com aquilo que foi enunciado. E portanto temos as nossas dúvidas relativamente à exatidão daquilo que foi anunciado.

O CED é uma coisa e aquilo que complementarmente a Câmara possa anunciar como uma campanha de esterilização que vai ter o seu fim em novembro é outra coisa completamente distinta. Também não queremos que a Câmara dedique uma equipe para procurar gatos errantes no concelho, não é isso que está em causa. Tem é de haver critérios no sentido de saber onde estão as situações mais prementes e tem de haver também um critério do ponto de vista geográfico. A problemática na cidade e nas freguesias urbanas é um pouco mais complexa porque as queixas são obviamente outras, com outra intensidade, mas portanto tem de haver critério, tem de haver regularidade nos mecanismos, tem de haver monitorização, tem de haver metas concretas a atingir. Agora se interrompemos a campanha em novembro e depois só depois só disponibilizamos verbas no próximo ano, obviamente que os indivíduos vão aumentar, vão-se reproduzir, e todo trabalho bom que a Câmara está a desenvolver vai ser posto em causa.

Portanto estes pontos refletem esta nossa preocupação. Não é maledicência como disse o Senhor Presidente em relação ao PAN, não é. É uma preocupação genuína que gostaríamos de ver esclarecida. Obrigado."

Membros da Assembleia

Vogal Nuno Teixeira (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³⁷

"Em relação a esta Moção não temos nada contra. A retirada do ponto 3 não altera a nossa posição. Colocámos uma tónica que queremos deixar que é a questão do trabalho que deveria ser feito, para um serviço público que possa resolver esta situação, que possa desenvolver trabalho. As associações que existem fazem o seu trabalho e o poder não se pode esconder atrás dessas associações e não tomar nas suas mãos digamos esta questão.

Vogal João Moniz (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³⁸

"Muito obrigado Senhor Presidente. Na verdade o Bloco tem vindo a trazer separadamente propostas que incidem sobre esta matéria, nomeadamente sobre este tipo de campanha CED e nós temos trazido propostas neste sentido. Porque consideramos que existam políticas públicas que sejam capazes de erradicar o problema dos animais errantes. Nós estamos a falar de um problema grave. Um problema que afecta a saúde pública, o sistema de segurança pública muitas vezes, mas também do próprio bem-estar dos animais. E portanto não podemos deixar de acompanhar a proposta do PAN.

Mas defendemos claramente uma opção pública para este problema. Rejeitamos alternativas como o cheque veterinário. Nós consideramos que a resposta essencial é uma resposta que tem de vir da Câmara e tem de estar estruturada à volta de infraestruturas como um canil municipal.

Mas a verdade é que durante anos a Câmara Municipal de Aveiro simplesmente se recusou, seja por circunstâncias alheias a este mandato ou por opção política, se recusou a ter os instrumentos necessários para atacar este problema. Com a destruição do canil municipal não previu uma alternativa que desse resposta a essa intervenção portanto e portanto ficámos anos e anos sem um instrumento essencial para resolver este problema que mais uma vez reiteramos é um problema de saúde pública e de segurança pública que numa sociedade progressista, numa sociedade avançada, deve obviamente ter todos os expedientes para proteger a vida nas suas várias formas. Essa é a marca de uma sociedade avançada, de uma sociedade democrática, de uma sociedade progressista, de uma sociedade onde ainda não chegámos. E portanto acompanhamos esta proposta e lamentamos os anos e anos em atraso que a Câmara Municipal não teve qualquer instrumento ou política pública para resolver este problema. Disse."

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³⁹

"Muito obrigado Senhor Presidente. Muito rapidamente sobre este ponto dois aspectos. Primeiro por várias vezes já aqui foi falado que houve leis que foram feitas sem cuidar da sua executibilidade. Leis frete para garantir o voto a determinados Partidos ou para aprovação de orçamentos etc. E depois das leis feitas aqui d'el rei que não se consegue fazer cumprir porque não há meios para as executar.

Relativamente à proposta em concreto entendemos que a resposta da Câmara foi dada pelo envio da documentação. O trabalho da Câmara está a ser feito. O próprio proponente acaba por reconhecer isso. Está mesmo a esconder-se atrás de terminologias porque não é bem igual, etc. Perante isso somos contra esta Moção porque o trabalho está a ser feito."

Vogal Ana Seíça Neves (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴⁰

"Parece-me que a proposta veio no sentido de muitas das coisas que aqui são ditas têm vindo a ser feitas também pela Câmara e o Partido Socialista irá votar favoravelmente esta proposta.

E aproveito esta ocasião, uma vez que a Câmara tem vindo a fazer campanhas de esterilização de cães e de gatos, de uma situação que é uma colónia de cerca de vinte gatos em Esgueira, na Rua Manuel de Melo Freitas, estes vinte gatos são alimentados por pessoas na zona, mas parece-me que seria útil que eles pudessem ser esterilizados. Portanto, desajeitadamente, venho dizer ao Senhor Presidente da Câmara se ele pode fazer alguma coisa nesse sentido. Disse."

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴¹

"Neste ponto e nesta proposta do PAN o que nós constatámos da documentação recebida é que nas três alíneas tudo está em execução pela Câmara Municipal. Mais. A Câmara municipal está no terreno a chegar mais longe do que a própria legislação pede. Ou seja, eu pessoalmente não tenho de conhecer a Senhora Veterinária da Câmara para obter uma opinião, nem tal é relevante para esta análise. Eu fico satisfeito por todos os esclarecimentos dados por escrito por ela. Principalmente nos anexos que a câmara forneceu, ficámos todos a saber do desfasamento temporal desta proposta do PAN.

Esta proposta é uma não proposta ou proposta fora de tempo. Pedimos mesmo ao seu proponente que a retire pois a Câmara Municipal já está a aplicar tudo o que aqui pede."

Vogal Rui Alvarenga (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴²

"Obrigado Senhor Presidente. Nós mantemos a proposta. Eu acompanho as declarações do PCP e do BE e PS. Relativamente ao CDS, do passado em termos municipais não houve grande evolução ao tratamento desta matéria, é verdade. Nós não demos passos em frente. A única coisa que mudou foi a forma como eutanasiávamos os animais desde a paulada até a electrocução numa gaiola. Foi prática nesta casa. c E por acaso grande parte dos anos em que isso esteve em vigor foi nos anos em que o CDS geriu o município.

Portanto já estamos acostumados a ver o CDS a agir nestas coisas com uma insensibilidade crónica. Falou aqui que era uma questão de terminologia. Eu não falei em terminologia. A Câmara comunicou uma coisa e está a praticar outra. Estabeleceu uma data para uma campanha específica. O CED não é isso. Vexa não conhece a lei porque não se interessa pela lei. É legítimo. Agora não me pode é dizer que estas propostas são uma questão de terminologia. Não é.

Aliás aqui nesta casa há uma coisa muito estranha. Quando se fala de biodiversidade graceja-se. Eu vi a reacção à bocado quando da intervenção do Filipe eu percebi o gracejo em relação à lontra. Lembra um bocadinho aquelas excursões que estão a ser estudadas para Marte. Marte é um bom destino porque não há lá nada. Nós não temos de nos preocupar apenas com o planeta. O planeta vai subsistir. Nós é que não vamos estar cá.

Estas questões são prementes. No norte da Europa já se resolveu há décadas. Há décadas meus senhores. Eu, entristece-me vir aqui falar destas coisas. Quem me conhece sabe. Conheço vários presidentes de junta que foram meus amigos de infância e que batalharam nestas matérias há trinta anos. É tempo demais. Eu estou aqui a contragosto. Sério. Estou aqui perante vós e estou envergonhado. Não gosto de trazer reincidentemente estas coisas à Assembleia Municipal.

O CDS tem grupos de trabalho no território a fazer trabalho sobre isto. Vexa nem conhece o trabalho que o seu Partido está a fazer em muitos municípios do país. Não conhece o trabalho do seu Partido. Veja os grupos municipais que estão a fazer trabalho nesse sentido. E é a contragosto que eu venho cá constantemente com este tipo de propostas. Tenho esperança que seja aprovada. Foi aprovada no outro dia uma proposta que foi rejeitada ao PAN, que foi a transmissão desta Assembleia e que agora foi aprovada. O que é que mudou? Não mudou nada. Mudou alguma coisa na capacidade da Câmara adquirir material. Mudou alguma coisa na capacidade dos técnicos da Câmara para instalarem essa capacidade aqui nesta casa? Não mudou nada. Mas passados uns meses aprovaram uma proposta que tinham rejeitado lá atrás. Isto é honestidade intelectual? Não é. Mas eu preservo a minha. Já disse aqui que o que o Senhor Presidente tem feito tem validade. Nós não contestamos nada disso. Queremos é compreender as metas, os objectivos. Saber se daqui a 5 ou 6 anos continuamos a falar disto ou se vamos de facto resolver. É apenas isto que queremos saber.

Se o Senhor Presidente der essa garantia e por na prática essa finalidade nós somos os primeiros a cumprimentá-lo. E isto é honestidade intelectual. O Senhor Presidente abana a cabeça e diz o PAN está sempre a falar mal! Não podemos lançar uma crítica, não podemos fazer uma pergunta. O senhor presidente da Assembleia Municipal na anterior sessão fez um apelo a todos que tornássemos as nossas intervenções cordatas, com elevação, porque estávamos a chegar ao fim do mandato. Hoje já tivemos aqui um episódio de alguma tenção.

Portanto esta proposta é honesta no sentido de que gostaríamos de compreender efectivamente o que a Câmara está a fazer. Não é como o Prior aqui relatou de que está a fazer tudo. Não está a fazer tudo. Está a fazer o que pode, está a fazer o que quer, está a fazer o que pensa ser correcto. Isso sim eu reconheço. Pode não ser aquilo que é a nossa perspectiva, mas está a fazer. E não me custa nada reconhecer que os outros todos para trás foram negligentes nesta causa. Não me custa nada reconhecer. CDS, PS, PSD. Estiveram todos muito mal no tratamento desta matéria. Este executivo está a fazer. Não me custa nada reconhecer. Agora porque queremos conhecer melhor o que está a ser feito viemos cá com propostas honestas e colocamo-la porque reconhecemos que há aqui algumas disparidades. É uma questão terminológica.

Foi anunciado uma coisa e o Senhor Presidente entrega-nos uma documentação que está absolutamente extraordinária. Aquilo é o CED. O que a câmara nos entregou em resposta é o CED. Nós temos é dívidas se aquela campanha que foi anunciada corresponde. É só isso. E Vexa fazem gracejo, acham que o PAN é aquele Partido que vem aqui dizer coisas más. Não é nada disso. Nós somos intelectualmente honestos. Colocamos as questões quando temos de colocar. Não conhecemos os dossiers a fundo é um facto, não trabalhamos na câmara, não somos profissionais. O Senhor Presidente é que é. E por isso o Senhor Presidente é que nos tem de dar as respostas. Eu não sou profissional. Eu venho colocar questões. Sou cidadão, pago os meus impostos, fui eleito, tenho legitimidade para vir aqui colocar uma proposta de recomendação à Câmara. Vexas vão votar e vão em consciência rejeitar. Em consciência. Não é como fizeram em fevereiro que rejeitaram uma proposta do PAN e depois vieram a aprovar uma proposta similar do PS passados uns meses. Isto, vão-me desculpar, mas não é honestidade intelectual. E não é fazer política. É fazer jogo político-partidário, que é uma coisa completamente diferente. Eu estive no vosso Partido, no PSD, durante 20 anos. Conheço-vos por dentro e por fora. Conheço melhor do que muitos que estão aí. E portanto não que não é legítimo estarem constantemente a gracejar e a fazer graçolas com estes temas quando isto é um problema real. Um problema real que o norte da Europa já resolveu há décadas. Não têm este problema. E não foi com campanhas assim pontuais de propaganda, não foi. Foi com um programa sério de implementação.

Peço desculpa e vou terminar. Independentemente do que se passa aqui a nossa intenção foi sempre a de discutir a matéria com rigor. Não foi trazer mais uma proposta para vos enfadar e para vos aborrecer. Se não ficamos todos em casa. Obrigado."

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do artigo 32.º do Regimento:⁰⁴³

"Senhor Presidente, o senhor deputado do PAN usou aqui considerandos que não vêm ao assunto. Referiu situações que se passaram na gestão camarária do CDS numa altura em que era assim que se tratava os animais vadios, era assim que se chamavam. As sociedades evoluem e provavelmente não evoluem à velocidade que o PAN gostaria pois sabemos que o PAN quer humanizar os animais. Mas nós achamos que isso é errado. Portanto entendemos que, este tipo de considerandos não fazem qualquer sentido e protestamos pela intervenção anterior."

Vogal Rui Alvarenga (PAN) — Nos termos do artigo 32.º do Regimento:⁰⁴⁴

"O que disse não corresponde à verdade. Factualmente aquele tratamento existiu. Eu não disse que era só em Aveiro. Obviamente que não foi só em Aveiro. Foi no território todo. O problema é de Portugal. Agora corresponde do ponto de vista cronológico a uma gestão camarária em que as práticas eram aquelas. Eu vivi-as e toda a gente que vivia naquela altura em Aveiro soube como as coisas eram geridas a esse nível. Correspondeu cronologicamente. Isso é factual. Demonstre-me o contrário. O CDS esteve a liderar a Câmara quanto tempo? Não foram dois dias. Agora não foi só em Aveiro. Eu não disse isso. Vexa entendeu tudo mal. Portanto eu não fiz nenhuma consideração que não fosse verdade. É factual, ponto. E depois seguiu-se outros municípios e outros governos nomeadamente do PS que fez uma tentativa inicial mas depois gorou em nada, em zero. E depois seguiu-se outra coligação e tudo isto foi zero ao nível deste trabalho.

Portanto eu não tenho só críticas ou oposições a atribuir ao actual executivo. Tenho também que dizer que apesar de tudo o que está a fazer é claramente melhor do que aquilo que foi feito no passado.

Portanto eu não fiz conjectura nem fantasiei com a questão do CDS. E tenho amigos do seu Partido no território nacional que estão a fazer trabalho nesta matéria.

E também é falso que o PAN esteja a tentar humanizar os animais. É redondamente falso e só reflete duas coisas. Primeiro, que nunca se interessou por ver o manifesto político do PAN e nada sabe sobre o Partido. É lamentável."

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa colocou⁰⁴⁵ à votação o Ponto 3 - Apreciação e votação da proposta de recomendação: 1) A implementação, de forma gradual, o programa CED – captura, esterilização, devolução, com vista ao controlo da população de gatos silvestres no município, começando a sua execução pelas colónias já identificadas, na sua esmagadora maioria urbanas e já com cuidadores informais dedicados, podendo, através destes casos, consolidar as boas práticas, e conceder a todos os envolvidos, as rotinas e os ensinamentos para um melhor desenvolvimento na aplicação do programa, sendo a mesma rejeitada, com vinte um votos contra (PSD14+CDS6+IND1), zero abstenções, e catorze votos a favor (PSD1+PS9+BE2+PCP1+PAN1).

Continuando colocou à votação⁰⁴⁶ o Ponto 3 - Apreciação e votação da proposta de recomendação: 2) Reforço da emissão de cheques veterinários, ainda em 2020, para fazer face às necessidades e pedidos de esterilizações associados ao programa, sendo a mesma rejeitada, com vinte e um votos contra (PSD14+CDS6+IND1), três abstenções (BE2+PCP1), e onze votos a favor (PSD1+PS9PAN1).

Seguiram-se as declarações de voto.

Vogal Nuno Teixeira (PCP)⁰⁴⁷

"A intervenção é a declaração de voto."

Vogal Rui Alvarenga (PAN)⁰⁴⁷

"A intervenção é a declaração de voto."

Não havendo mais intervenções, nos termos do número 3 e 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, o Presidente da Mesa da Assembleia colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da ata respeitante a esta reunião da sessão, não se verificando oposição.

Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão⁰⁴⁸ não se verificando intervenções.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

De seguida o Presidente da Mesa deu por encerrada⁰⁴⁹ a Sessão Ordinária de Setembro de 2020.

Eram 23:30 horas do dia 25 de Setembro de 2020.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, nos termos do disposto no artigo 45.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, coordenador da subunidade da estrutura orgânica de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:00)